

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	107
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	108
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	110
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	640.714
Preferenciais	392.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	9.088.515	8.564.146
1.01	Ativo Circulante	2.167.078	1.646.757
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.007	64.190
1.01.01.01	Caixas e Bancos	694	587
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	52.313	63.603
1.01.03	Contas a Receber	175.890	193.243
1.01.03.01	Clientes	175.890	193.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	73.500	72.901
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	73.500	72.901
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	73.500	72.901
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.864.681	1.316.423
1.01.08.03	Outros	1.864.681	1.316.423
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	481.412	85.026
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.105.196	1.092.342
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	47.125	21.357
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	50.185	47.504
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	175.908	65.343
1.01.08.03.06	Outros ativos	4.855	4.851
1.02	Ativo Não Circulante	6.921.437	6.917.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.527.471	4.533.651
1.02.01.03	Contas a Receber	10.610	10.236
1.02.01.03.01	Clientes	10.610	10.236
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.516.861	4.523.415
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	12.617	4.335
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.438.574	4.499.904
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	5.573	7.845
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	11.770	11.331
1.02.01.09.07	Impostos e contribuições sociais	48.327	0
1.02.02	Investimentos	2.356.974	2.346.263
1.02.02.01	Participações Societárias	2.356.974	2.346.263
1.02.03	Imobilizado	23.400	24.175
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.400	24.175
1.02.04	Intangível	13.592	13.300
1.02.04.01	Intangíveis	13.592	13.300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	9.088.515	8.564.146
2.01	Passivo Circulante	837.184	738.697
2.01.02	Fornecedores	25.886	33.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.886	33.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.624	10.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.624	10.232
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.624	10.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	707.382	603.216
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.188	117.889
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.644	4.231
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	144.544	113.658
2.01.04.02	Debêntures	557.194	485.327
2.01.05	Outras Obrigações	95.292	92.067
2.01.05.02	Outros	95.292	92.067
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	65.126	63.017
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	30.163	29.047
2.02	Passivo Não Circulante	3.824.766	3.600.817
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.367.416	3.222.463
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	540.717	457.647
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.253	43.078
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	494.464	414.569
2.02.01.02	Debêntures	2.826.699	2.764.816
2.02.02	Outras Obrigações	127.920	87.114
2.02.02.02	Outros	127.920	87.114
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	127.920	87.114
2.02.03	Tributos Diferidos	328.307	290.117
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.307	290.117
2.02.03.01.01	IR/CS Diferidos	65.531	25.766
2.02.03.01.02	Tributos diferidos	262.776	264.351
2.02.04	Provisões	1.123	1.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.123	1.123
2.03	Patrimônio Líquido	4.426.565	4.224.632
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	588.090	588.090
2.03.04.01	Reserva Legal	208.411	208.411
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.922	124.922
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	254.757	254.757
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.933	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	311.927	242.116
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.145	-27.599
3.02.01	Pessoal e Administradores	-7.463	-10.414
3.02.02	Material	-8.606	-10.093
3.02.03	Serviços de Terceiros	-4.751	-2.995
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-171
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.154	-3.926
3.03	Resultado Bruto	289.782	214.517
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	60.344	24.315
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.251	-17.784
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-16.237	-12.257
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.772	-3.691
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-234	-215
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-2.008	-1.621
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.595	42.099
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	350.126	238.832
3.06	Resultado Financeiro	-138.792	-108.968
3.06.01	Receitas Financeiras	8.793	13.016
3.06.02	Despesas Financeiras	-147.585	-121.984
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	211.334	129.864
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.401	-18.358
3.08.01	Corrente	30.364	-36.076
3.08.02	Diferido	-39.765	17.718
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.933	111.506
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	201.933	111.506
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19539	0,10789
3.99.01.02	PN	0,19539	0,10789
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19539	0,10789
3.99.02.02	PN	0,19539	0,10789

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	201.933	111.506
4.03	Resultado Abrangente do Período	201.933	111.506

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	401.680	268.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	45.488	48.850
6.01.01.01	Resultado do Período	201.933	111.506
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-82.595	-42.099
6.01.01.03	Depreciação e amortização	405	386
6.01.01.04	Juros e Variação Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos	112.664	10.753
6.01.01.05	Juros e Variação Monetárias sobre Debêntures	133.750	111.568
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	9.401	18.358
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-1.576	-3.985
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-235.793	-160.294
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	6.886	2.657
6.01.01.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	-99.587	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	356.192	219.824
6.01.02.01	Redução em Cliente	10.093	-15.336
6.01.02.02	Redução no Ativo Financeiro	284.269	258.062
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	5.393	-5.940
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-25.563	-6.521
6.01.02.07	Redução (aumento) no Saldo de Outros Ativos	-851	-5.368
6.01.02.08	(Redução) aumento no Saldo de Fornecedores	-7.296	-9.837
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	2.109	1.228
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	41.922	3.536
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas em conjunto	46.116	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-404.590	-236.869
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-404.668	-212.618
6.02.04	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	78	-1.051
6.02.06	Aumento de capital nas controladas	0	-23.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.273	34.708
6.03.02	Captação de novos empréstimos	5.437	34.826
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-46	-24
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-2.686	-94
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-10.978	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.183	66.513
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	64.190	70.743
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.007	137.256

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.933	0	201.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.933	0	201.933
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	588.090	201.933	0	4.426.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.506	0	111.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.506	0	111.506
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	668.522	111.506	0	4.416.570

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	345.006	265.583
7.01.02	Outras Receitas	345.006	265.583
7.01.02.01	Operação e Manutenção	110.032	100.965
7.01.02.02	Construção e Indenização	6.574	8.745
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	235.793	160.294
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	-7.393	-4.421
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.717	-21.570
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.129	-16.778
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.588	-4.792
7.03	Valor Adicionado Bruto	325.289	244.013
7.04	Retenções	-405	-386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-405	-386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	324.884	243.627
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91.388	55.115
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.595	42.099
7.06.02	Receitas Financeiras	8.793	13.016
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	416.272	298.742
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	416.272	298.742
7.08.01	Pessoal	20.252	19.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.285	12.023
7.08.01.02	Benefícios	6.898	5.949
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.069	1.095
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.502	46.185
7.08.02.01	Federais	46.287	45.922
7.08.02.02	Estaduais	91	140
7.08.02.03	Municipais	124	123
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	147.585	121.984
7.08.03.01	Juros	246.414	122.321
7.08.03.03	Outras	-98.829	-337
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-99.587	0
7.08.03.03.02	Outros	758	-337
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	201.933	111.506
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	201.933	111.506

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	9.183.954	8.658.788
1.01	Ativo Circulante	2.333.210	1.786.946
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	117.181	101.853
1.01.01.01	Caixa e Bancos	751	667
1.01.01.02	Aplicações financeiras	116.430	101.186
1.01.03	Contas a Receber	188.421	206.687
1.01.03.01	Clientes	188.421	206.687
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.352	97.360
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.352	97.360
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	96.352	97.360
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.931.256	1.381.046
1.01.08.03	Outros	1.931.256	1.381.046
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	481.412	85.026
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.179.190	1.164.266
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	39.059	13.291
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	175.908	65.343
1.01.08.03.05	Outras contas a receber	50.759	48.199
1.01.08.03.06	Outros ativos	4.928	4.921
1.02	Ativo Não Circulante	6.850.744	6.871.842
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.124.684	5.132.209
1.02.01.03	Contas a Receber	11.248	10.846
1.02.01.03.01	Clientes	11.248	10.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.324	23.327
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.324	23.327
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.097.112	5.098.036
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	12.617	4.335
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	5.015.147	5.070.847
1.02.01.09.05	Impostos e contribuições sociais	50.617	2.290
1.02.01.09.06	Outras contas a receber	5.573	7.845
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	13.158	12.719
1.02.02	Investimentos	1.689.068	1.702.158
1.02.02.01	Participações Societárias	1.689.068	1.702.158
1.02.03	Imobilizado	23.400	24.175
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.400	24.175
1.02.04	Intangível	13.592	13.300
1.02.04.01	Intangíveis	13.592	13.300
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.592	13.300

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	9.183.954	8.658.788
2.01	Passivo Circulante	847.935	751.767
2.01.02	Fornecedores	26.992	37.133
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.992	37.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.755	11.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.755	11.996
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.755	11.996
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	709.847	605.806
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	152.653	120.479
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.109	6.821
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	144.544	113.658
2.01.04.02	Debêntures	557.194	485.327
2.01.05	Outras Obrigações	100.341	96.832
2.01.05.02	Outros	100.341	96.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	68.309	66.062
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	32.029	30.767
2.02	Passivo Não Circulante	3.909.454	3.682.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.383.930	3.239.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	557.231	474.772
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	62.767	60.203
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	494.464	414.569
2.02.01.02	Debêntures	2.826.699	2.764.816
2.02.02	Outras Obrigações	137.078	93.089
2.02.02.02	Outros	137.078	93.089
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	137.078	93.089
2.02.03	Tributos Diferidos	387.323	348.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	387.323	348.589
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	69.541	30.025
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	317.782	318.564
2.02.04	Provisões	1.123	1.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.123	1.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.426.565	4.224.632
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	588.090	588.090
2.03.04.01	Reserva Legal	208.411	208.411
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.922	124.922
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	254.757	254.757
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.933	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	342.526	267.537
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.879	-37.713
3.02.01	Pessoal e administradores	-7.724	-10.414
3.02.02	Material	-6.843	-19.637
3.02.03	Serviços de terceiros	-5.843	-3.334
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-171
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.298	-4.157
3.03	Resultado Bruto	320.647	229.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	36.167	7.540
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.627	-18.411
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-16.237	-12.257
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-4.067	-3.892
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-234	-215
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-2.089	-2.047
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	58.794	25.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	356.814	237.364
3.06	Resultado Financeiro	-137.391	-102.262
3.06.01	Receitas Financeiras	10.213	11.269
3.06.02	Despesas Financeiras	-147.604	-113.531
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.423	135.102
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.490	-23.596
3.08.01	Corrente	29.029	-36.976
3.08.02	Diferido	-46.519	13.380
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.933	111.506
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	201.933	111.506
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.933	111.506
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19539	0,10789
3.99.01.02	PN	0,19539	0,10789
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19539	0,10789
3.99.02.02	PN	0,19539	0,10789

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	201.933	111.506
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	201.933	111.506
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.933	111.506

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	429.047	281.013
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	50.024	54.046
6.01.01.01	Resultado do Período	201.933	111.506
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-58.794	-25.951
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	405	386
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos	112.783	2.192
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	133.750	111.568
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	17.490	23.596
6.01.01.08	Tributos diferidos	-782	-4.266
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-264.070	-170.807
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	6.896	2.871
6.01.01.11	Variações cambiais liquidas - depósitos vinculados	0	2.951
6.01.01.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	-99.587	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	379.023	226.967
6.01.02.01	Redução em clientes	10.968	-16.415
6.01.02.02	Redução no Ativo Financeiro	304.846	264.564
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	7.316	-4.656
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-26.849	-6.968
6.01.02.07	Redução (aumento) no Saldo de Outros Ativos	-731	-8.391
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-10.141	-6.139
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	2.247	1.348
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	45.251	3.624
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas em conjunto e coligadas	46.116	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-404.591	-225.723
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-404.668	-224.675
6.02.04	Adições/baixas no Imobilizado e Intangível	77	-1.048
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.128	35.707
6.03.02	Captação de Empréstimos	5.437	35.936
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-658	-24
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-2.929	-205
6.03.05	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-10.978	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.328	90.997
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.853	121.140
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.181	212.137

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.933	0	201.933	0	201.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.933	0	201.933	0	201.933
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	588.090	201.933	0	4.426.565	0	4.426.565

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.506	0	111.506	0	111.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.506	0	111.506	0	111.506
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	668.522	111.506	0	4.416.570	0	4.416.570

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	380.080	293.713
7.01.02	Outras Receitas	380.080	293.713
7.01.02.01	Operação e Manutenção	118.821	108.985
7.01.02.02	Construção e Indenização	4.444	18.956
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	264.070	170.807
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	-7.255	-5.035
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.488	-32.254
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.753	-26.862
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.735	-5.392
7.03	Valor Adicionado Bruto	360.592	261.459
7.04	Retenções	-405	-386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-405	-386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	360.187	261.073
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.007	37.220
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	58.794	25.951
7.06.02	Receitas Financeiras	10.213	11.269
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	429.194	298.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	429.194	298.293
7.08.01	Pessoal	20.454	19.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.459	12.023
7.08.01.02	Benefícios	6.913	5.949
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.082	1.095
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.203	54.189
7.08.02.01	Federais	58.928	53.880
7.08.02.02	Estaduais	151	186
7.08.02.03	Municipais	124	123
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	147.604	113.531
7.08.03.01	Juros	246.533	113.760
7.08.03.03	Outras	-98.929	-229
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-99.587	0
7.08.03.03.02	Outros	658	-229
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	201.933	111.506
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	201.933	111.506

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até o 1º trimestre de 2015 e eventos subsequentes (nota explicativa nº 28)

- ✓ Renovação dos incentivos fiscais: Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015. As concessões Patesa e NTE não usufruem do benefício fiscal, uma vez que ainda não tiveram as renovações reconhecidas pela Receita Federal.
- ✓ Liquidação de empréstimo com o Citibank – Contrato A: Em 10 de abril de 2015, data do vencimento, a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.198 (US\$44.705), conforme taxa de câmbio do dia 09 de abril de 2015.
- ✓ Possível alteração no bloco de controle da Companhia: A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu, em 17 de abril de 2015, correspondência do FIP Coliseu, fundo que integra o bloco de controle da Companhia, informando que chegou a um acordo preliminar com Empresas Públicas de Medellín acerca das condições para alienar 35,71% das ações ordinárias, representativas de 22,14% do total de ações, de emissão da TAESA. A assinatura e o fechamento do contrato de compra e venda, no entanto, ainda não ocorreram e estão sujeitos ao cumprimento de uma série de condições, não havendo qualquer garantia ou certeza de que o negócio será concluído.
- ✓ Ratificação da destinação do resultado da Taesa de 2014: Em 22 de abril de 2015, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2014.
- ✓ Pagamento de dividendos: Em 30 de abril de 2015, a Companhia pagou de dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2014, o montante de R\$254.757 (R\$0,24650 por ação ON e PN).

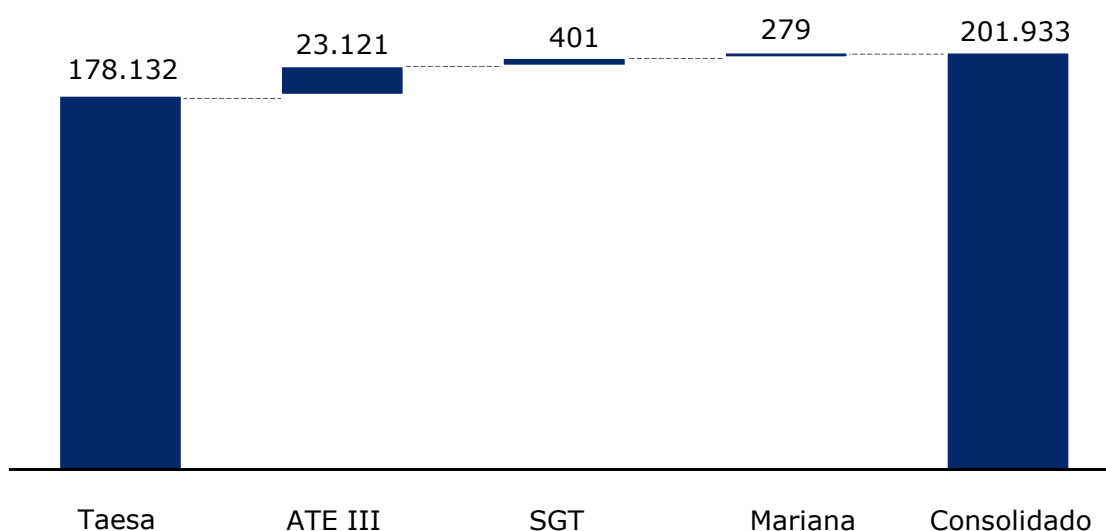
Comentário do Desempenho

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2015

1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2015, um resultado consolidado de R\$201.933, apresentando um aumento de 81,1% em relação ao resultado de R\$111.506 alcançado no mesmo período em 2014.

Composição do Lucro Líquido do 1T15



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 1T15.

1.2 Detalhamento das Receitas

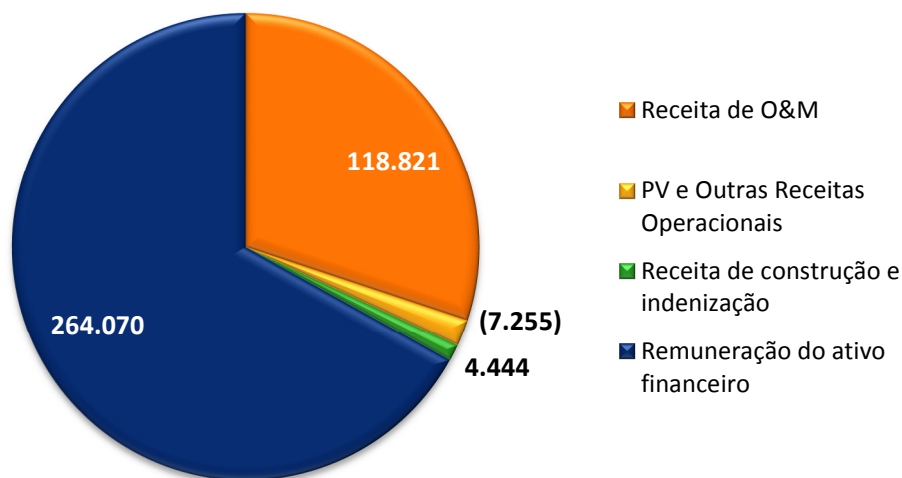
No primeiro trimestre de 2015, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$380.080, apresentando um aumento de 29,4% em relação ao mesmo período em 2014.

ROB	1T15	1T14	Var.	Var.%
Consolidado	380.080	293.713	86.367	29,4%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

Comentário do Desempenho

Composição das receitas do 1T14

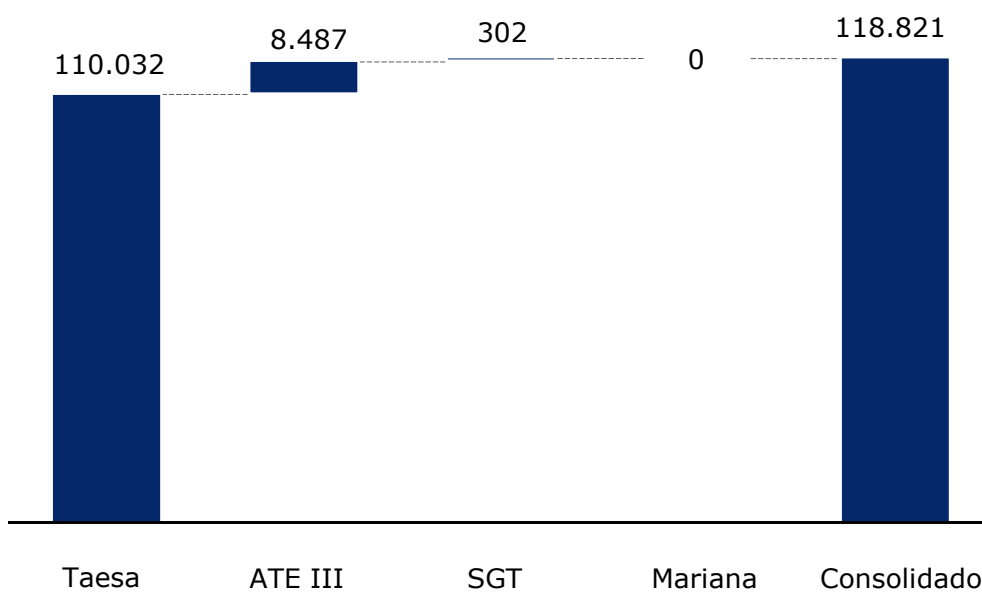


1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	1T15	1T14	Var.	Var. %
Consolidado	118.821	108.985	9.836	9,0%

Composição da Receita de O&M do 1T15



- Conclusão da subestação da São Gotardo em 19 de março de 2014;
- Entrada em operação de reforços nas concessões TSN e ATE II; e

Comentário do Desempenho

- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 7,84% e IPCA: 6,37% - conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2014/2015, praticadas a partir de 1º de julho de 2014.

1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

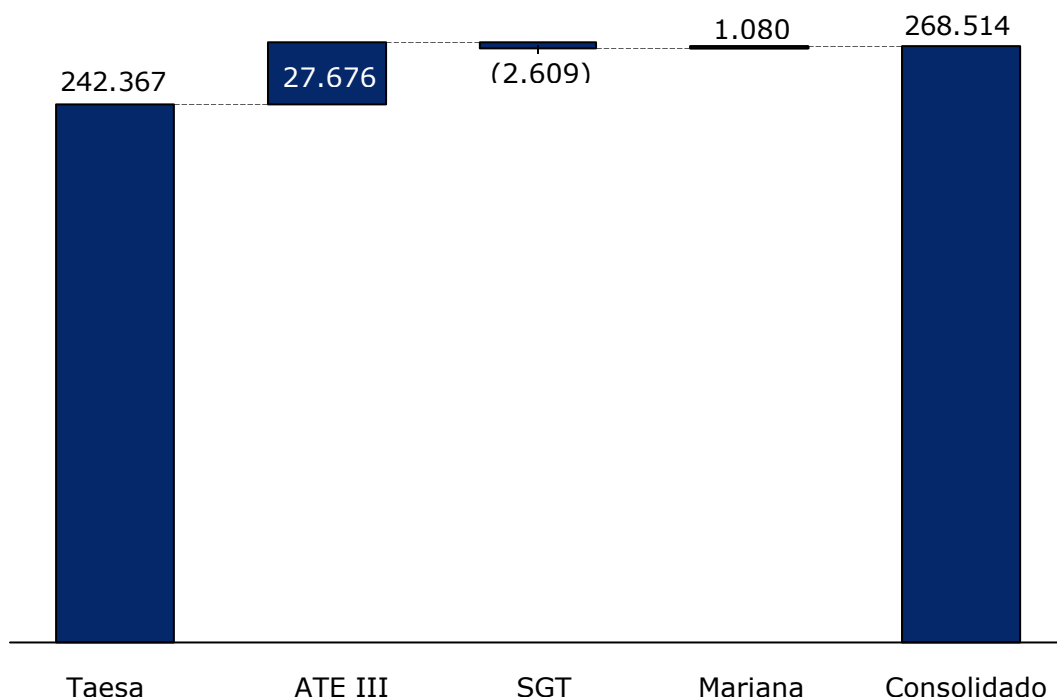
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	1T15	1T14	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	4.444	18.956	(14.512)	-76,6%
Remuneração do ativo financeiro	264.070	170.807	93.263	54,6%
Consolidado	268.514	189.763	78.751	41,5%

No primeiro trimestre de 2015, a receita de construção e indenização da Taesa consolidada somou R\$4.444, apresentando uma diminuição de 76,6% em relação ao mesmo período em 2014.

No primeiro trimestre de 2015, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$264.070, apresentando um aumento de 54,6% em relação ao mesmo período em 2014.

Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 1T15



Comentário do Desempenho

- Conclusão da construção da subestação da São Gotardo em 19 de março de 2014.
- Processo de construção da linha de transmissão da concessão Mariana.
- Reforços na concessão TSN e PATESA (vide nota explicativa nº 6).
- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 7,84% e IPCA: 6,37% - conforme Resolução Homologatória N° 1.756 de 24 de junho de 2014, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2014/2015, praticadas a partir de 1º de junho de 2014. A partir do 3º trimestre de 2014, a Companhia passou a reconhecer mensalmente os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.4 subitem a.

1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto, ETAU e BRASNORTE.

Pv e outras Receitas operacionais	1T15	1T14	Var.	Var.%
Consolidado	(7.255)	(5.035)	(2.220)	44,1%

1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No primeiro trimestre de 2015, as deduções à Receita operacional foram de R\$37.554, apresentando um aumento de 43,5% sobre o mesmo período em 2014. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No primeiro trimestre de 2015, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$21.587, apresentando um aumento de 57,9% sobre o mesmo período em 2014.

PIS e COFINS	1T15	1T14	Var.	Var.%
Consolidado	(21.587)	(13.671)	(7.916)	57,9%

Comentário do Desempenho

1.3.2 Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR), Taxa de Fiscalização (TFSEE), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). No primeiro trimestre de 2015, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$15.911, apresentando um aumento de 27,3% sobre o mesmo período em 2014.

Encargos setoriais	1T15	1T14	Var.	Var.%
Consolidado	(15.911)	(12.494)	(3.417)	27,3%

Variações

Com exceção da RGR, TFSEE, CDE e PROINFA, cujos valores são definidos pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem da evolução da Receita.

Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no primeiro trimestre de 2015, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$342.526, apresentando um aumento de 28% em relação ao mesmo período em 2014.

ROL	1T15	1T14	Var.	Var.%
Consolidado	342.526	267.537	74.989	28,0%

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No primeiro trimestre de 2015, a Taesa registrou R\$44.506 de Custos e Despesas operacionais, apresentando uma diminuição de 20,7% em relação ao mesmo período de 2014.

Custos, Desp. Operacionais	1T15	1T14	Var.	Var.%
Pessoal e Administradores	(23.961)	(22.671)	(1.290)	5,7%
Material	(6.843)	(19.637)	12.794	-65,2%
Serviços de Terceiros	(9.910)	(7.226)	(2.684)	37,1%
Outros	(3.387)	(6.204)	2.817	-45,4%
Total	(44.101)	(55.738)	11.637	-20,9%
Dep/Amort	(405)	(386)	(19)	4,9%
Total	(44.506)	(56.124)	11.618	-20,7%

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 1T15:

Comentário do Desempenho

1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem da atualização dos custos e despesas com pessoal pela inflação (reajuste anual).

1.4.2 Material

A variação decorreu basicamente pela conclusão da construção da subestação da São Gotardo em 19 de março de 2014.

1.4.3 Serviço de Terceiros

A variação decorreu basicamente de contratação de terceiros para realização de supressão vegetal nas linhas de transmissão, reparos de veículos e serviços de publicação.

1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No primeiro trimestre de 2015, o resultado de equivalência patrimonial é composto pelas as controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE (vide nota explicativa nº 11).

Resultado de Equiv. Patrimonial	1T15	1T14	Var.	Var.%
ETAU	1.729	1.546	183	11,8%
BRASNORTE	2.416	644	1.772	275,2%
Grupo TBE	54.649	23.761	30.888	130,0%
Total	58.794	25.951	32.843	126,6%

- O resultado das todas Controladas em conjunto e Coligadas foram impactados basicamente pelo reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários (IGP-M e IPCA) do seu ativo financeiro; e atualização da RAP, conforme Resolução Homologatória N° 1.756 de 24 de junho de 2014, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2014/2015, praticadas a partir de 1º de julho de 2014.
- O resultado da ETAU foi impactado, também, pelas despesas financeiras oriundas das debêntures (aumento do CDI) e do empréstimo com o BNDES (aumento do dólar - cesta de moedas).

1.6 Resultado Financeiro

No primeiro trimestre de 2015, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$137.391 de despesa financeira líquida, apresentando um aumento na despesa financeira líquida de 34,4% em relação ao mesmo período em 2014.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro	1T15	1T14	Var.	Var. %
Receitas Financeiras				
Renda de aplicação financeira	10.213	14.220	(4.007)	-28,2%
Variações cambiais – depósitos vinculados	-	(2.951)	2.951	-100,0%
Total das receitas financeiras	10.213	11.269	(1.056)	-9,4%
Despesas Financeiras				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(112.783)	(2.192)	(110.591)	5045,2%
- Debêntures	(133.750)	(111.568)	(22.182)	19,9%
- Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	99.587	-	99.587	100,0%
Outras Despesas Financeiras	(658)	229	(887)	-387,3%
Total das despesas financeiras	(147.604)	(113.531)	(34.073)	30,0%
Total	(137.391)	(102.262)	(35.129)	34,4%

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 1T15:

1.6.1 Renda de aplicação financeira

O fator que resultou a variação foi a diminuição do valor investido em 2015 em relação à 2014.

1.6.2 Variações cambiais – depósitos vinculados

Em maio de 2014, foi liquidado o empréstimo da ATE III junto ao BID. As contas - reserva e aplicações financeiras vinculadas ao contrato de financiamento foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

1.6.3 Empréstimos e financiamentos

No segundo trimestre de 2014, realizou-se a contratação referente ao empréstimo com o Citibank, para liquidação antecipada da 6ª emissão das notas promissórias (vide nota explicativa nº 14).

Vale ressaltar que em maio de 2014 foi liquidado o empréstimo junto ao BID.

1.6.4 Debêntures

No primeiro trimestre de 2015, as variações monetárias das debêntures foram influenciadas principalmente pela incidência e aumento do IPCA.

Comentário do Desempenho

1.6.5 Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos

No segundo trimestre de 2014, realizou-se a contratação referente ao empréstimo com o Citibank em USD indexados à LIBOR, com o Citibank NY, realizando ao mesmo tempo um swap dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil (vide nota explicativa nº 14).

1.7 Impostos

No primeiro trimestre de 2015 a Taesa apurou uma despesa de R\$17.490 referente a Imposto de renda e contribuição social, apresentando uma diminuição na despesa de 25,9% em relação ao mesmo período em 2014. Os impostos correntes foram impactados basicamente pelos registros referentes aos efeitos dos benefícios fiscais para os exercícios de 2015 e 2014 no 1T15, mencionado anteriormente (vide nota explicativa nº 17). Os impostos diferidos foram impactados basicamente pela diferença temporária decorrente dos instrumentos financeiros derivativos e rateio de antecipação e parcela de ajuste.

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

CONSOLIDADO	1T15	1T14
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	219.423	135.102
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(74.605)	(45.935)
Equivalência patrimonial	19.990	8.823
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	37.606	5.067
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	148	123
Outros	(629)	8.326
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	(17.490)	(23.596)
Alíquota efetiva	8%	17%

1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. Em 2014 a remuneração da Deloitte referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foi de R\$1.404 mil.

Comentário do Desempenho

Em 2014, a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no montante total de R\$716 mil, que se referiram basicamente a: (i) revisão trimestral dos cálculos decorrentes da aplicação do ICPC 01; (ii) revisão dos cálculos decorrentes da aplicação da lei 12.973/14; e (iii) Revisão do questionário do componente Brasnorte referente aos procedimentos do ISA 600.

Em 17 de abril, a Taesa assinou um aditivo, prorrogando por mais 02 (dois) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M, o contrato para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras com a Deloitte.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas



Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações contábeis intermediárias da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. BASE DE PREPARAÇÃO
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS
9. TRIBUTOS DIFERIDOS
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS
11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
13. PARTES RELACIONADAS
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
15. DEBÊNTURES
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
20. COBERTURA DE SEGUROS
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
22. RESULTADO POR AÇÃO
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA
26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
27. OUTRAS INFORMAÇÕES
28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - em 31 de março de 2015, a Companhia tinha como controladores a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ESEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (e)	18/12/2013	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	n/a	n/a
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,98%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	Santa Catarina	195	3
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	Santa Catarina	51	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE") (d)	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	138	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	140	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	2
				Total	9.747	64	

- (a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente.
- (b) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- (c) As subestações ("SE") relacionadas a mais de uma concessão foram somadas apenas uma vez.
- (d) A SE entrou 100% em operação em março de 2015.
- (e) O contrato entre a MAR e a ANEEL foi assinado em 2 de maio de 2014; a Linha de Transmissão já está em processo de construção e a data prevista para energização é 2 de maio de 2017.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT e MAR.

Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.

Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações, vide nota explicativa nº 11.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias ("ITR") da Companhia compreendem as informações contábeis intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações contábeis intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

A Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 7 de maio de 2015 e pelo Conselho Fiscal em 5 de maio de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 21).

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e das suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A partir de 1º de julho de 2014, a Companhia revisou a estimativa do fluxo de caixa futuro do ativo financeiro no que diz respeito ao reconhecimento dos efeitos inflacionários. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos mensalmente e não mais anualmente. A mudança na estimativa contábil é resultante de uma maior experiência com relação ao reajuste anual tendo como base as resoluções homologatórias da ANEEL.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar- A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide nota explicativa nº 8.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta de inteira responsabilidade do ONS.

2.6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. A partir no 3º trimestre de 2014 a Companhia passou a reconhecer mensalmente os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro, conforme detalhado na nota explicativa 3.4 subitem a.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial em 12 de março de 2015, exceto pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

3.19.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

3.19.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (c).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (b).
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation") (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (a).
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (a).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou "Joint Venture" (a).
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 (a).
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (a).
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (b) 1º de janeiro de 2016.
- (c) 1º de janeiro de 2017.
- (d) 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para todas as IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2015. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa; no entanto, estes ainda estão sob a avaliação da Administração da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	751	667	694	587
Aplicações financeiras	116.430	101.186	52.313	63.603
	117.181	101.853	53.007	64.190

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Em 31 de março de 2015, 80,56% das aplicações financeiras do Grupo (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) estavam concentradas no Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG (47% em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de março de 2015, a rentabilidade média das aplicações financeiras do Fundo Pampulha foi de aproximadamente 104,2% do CDI (104,2% em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As demais aplicações referem-se basicamente a CDBs, com liquidez diária, remunerados à taxa média de 100,85% do CDI em 31 de março de 2015 (100,61% do CDI 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 21.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
CDBs, operações compromissadas e debêntures	104.477	25.633	104.477	25.633
Letras financeiras - bancos privados	276.909	48.178	276.909	48.178
Títulos públicos	102.665	11.527	102.665	11.527
Outros	9.978	4.023	9.978	4.023
	494.029	89.361	494.029	89.361
Ativo circulante	481.412	85.026	481.412	85.026
Ativo não circulante	12.617	4.335	12.617	4.335
	494.029	89.361	494.029	89.361

6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

a) Clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Clientes	206.620	218.263	193.442	204.170
Parcela variável (*)	(6.951)	(730)	(6.942)	(691)
	199.669	217.533	186.500	203.479
Circulante	188.421	206.687	175.890	193.243
Não circulante	11.248	10.846	10.610	10.236
	199.669	217.533	186.500	203.479

(*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programas ocorridos na Companhia nos exercícios de 2013 e 2014, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2015	31/12/2014
Consolidado	192.758	1.207	12.655	206.620	218.263
Controladora	180.505	1.020	11.917	193.442	204.170

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$11.248 no Consolidado (R\$10.610 na Controladora), referem-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pelo Grupo Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 21.

b) Ativo financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	1.179.190	1.164.266	1.105.196	1.092.342
Não circulante	5.015.147	5.070.847	4.438.574	4.499.904
	6.194.337	6.235.113	5.543.770	5.592.246

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento.

A taxa considerada variou de 6% a 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

Em 31 de março de 2015, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$264.070 (R\$170.807 em 31 de março de 2014). Na controladora, o efeito em 31 de março de 2015 foi de R\$235.793 (R\$160.294 em 31 de março de 2014).

A seguir, a movimentação do ativo financeiro em 31 de março de 2015 e de 2014:

Ativo financeiro	TRAF(a)	2014	Adição (b)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	2015
TSN	13%	987.851	4.242	41.540	(63.404)	970.229
Munirah	12%	94.235	-	4.165	(4.788)	93.612
Gtesa	11%	31.437	-	1.076	(1.560)	30.953
Patesa	11%	100.650	426	3.867	(3.715)	101.228
ETEO	11%	434.560	-	17.126	(28.420)	423.266
NVT	14%	1.475.062	1.561	71.117	(86.957)	1.460.783
NTE	15%	438.547	-	21.770	(25.246)	435.071
STE	10%	327.048	-	12.962	(14.339)	325.671
ATE	10%	682.946	-	25.952	(26.088)	682.810
ATE II	9%	1.019.910	345	36.218	(36.326)	1.020.147
Total controladora		5.592.246	6.574	235.793	(290.843)	5.543.770
Mariana	6%	2.770	1.030	50	-	3.850
ATE III	7%	605.035	(74)	27.750	(17.649)	615.062
SGT	6%	35.062	(3.086)	477	(798)	31.655
Total consolidado		6.235.113	4.444	264.070	(309.290)	6.194.337

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2013	Adição (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/03/2014
TSN	14%	1.009.481	7.138	31.766	(56.197)	992.188
Munirah	13%	94.584	-	2.794	(4.440)	92.938
Gtesa	12%	31.595	-	836	(1.446)	30.985
Patesa	11%	79.583	1.607	2.128	(3.445)	79.873
ETEO	11%	463.986	-	12.040	(26.355)	449.671
NVT	15%	1.498.052	-	50.673	(80.607)	1.468.118
NTE	15%	441.608	-	15.427	(23.412)	433.623
STE	10%	325.487	-	8.383	(13.027)	320.843
ATE	10%	671.750	-	15.541	(24.191)	663.100
ATE II	9%	1.003.339	-	20.706	(33.687)	990.358
Total controladora		5.619.465	8.745	160.294	(266.807)	5.521.697
ATE III	7%	584.216	-	10.138	(16.538)	577.816
SGT	6%	24.071	10.140	375	(175)	34.411
Mariana	6%	-	71	-	-	71
Total consolidado		6.227.752	18.956	170.807	(283.520)	6.133.995

(a) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 2.4.a.

(b) As principais adições no primeiro trimestre de 2015 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção conforme descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Descrição	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Rio das Éguas	Complementação do módulo de conexão da linha para Serra da Mesa II	Resolução Autorizativa ANEEL 4.347/2013	A ser definida após a conclusão	As atividades de montagem foram concluídas em mar/2015. Entretanto, os testes de comissionamento foram reprogramados pelo ONS devido a restrições sistêmicas. A previsão atual para conclusão do comissionamento é jul/15. Devido ao fato desta reprogramação ser decorrente de condição de terceiros, a TAESA já solicitou o recebimento da RAP a partir de mar/15.	Portaria MME 164/2014
TSN SE Rio das Éguas	Disjuntor + seccionadora para a SE de 500 kV para adequação do arranjo de barramento	Resolução Autorizativa ANEEL 4.347/2013	A ser definida após a conclusão	As atividades de montagem foram concluídas em mar/2015. Entretanto, os testes de comissionamento foram reprogramados pelo ONS devido a restrições sistêmicas. A previsão atual para conclusão do comissionamento é jul/15. Devido ao fato desta reprogramação ser decorrente de condição de terceiros, a TAESA já solicitou o recebimento da RAP a partir de mar/15.	Portaria MME 125/2014
PATESA LT Paraíso - Açú II	Seccionamento da LT Paraíso - Açú II na SE Lagoa Nova	Resolução Autorizativa ANEEL 3.757/2012	R\$1,5 milhões	As atividades sob responsabilidade da TAESA foram concluídas em abr/15. Entretanto, não foi possível disponibilizar o reforço para operação comercial devido ao atraso nas obras da CHESF. Devido ao fato desta reprogramação ser decorrente de condição de terceiro, a TAESA já solicitou o recebimento da RAP a partir de abr/15.	Portaria MME 196/2012 Ato Declaratório Executivo nº 9/2014
PATESA LT Paraíso - Açú II	Recapacitação de 2 km da LT Açú II-Açú III	Resolução Autorizativa ANEEL 4.521/2014	R\$0,063 milhões	As atividades sob responsabilidade da TAESA foram concluídas em abr/15. Entretanto, não foi possível disponibilizar o reforço para operação comercial devido ao atraso nas obras da CHESF. Devido ao fato desta reprogramação ser decorrente de condição de terceiro, a TAESA já solicitou o recebimento da RAP a partir de abr/15.	Portaria MME 110/2014
MAR LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$11,5 milhões	36 meses após a assinatura do contrato de concessão de transmissão que foi realizada em 2 de maio de 2014. Previsão de energização: em maio de 2017.	Portaria MME 182/2014

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(c) As principais adições no primeiro trimestre de 2014 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção conforme descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Sapeaçu	Reforço referente a um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Energização e início de operação: 02 de maio de 2014.	Portaria MME nº 437, de 14/07/11, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.
TSN SE Sapeaçu	Reforço referentes a instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 31 de maio de 2014.	Portaria MME nº 160, de 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.
SGT SE São Gotardo 2	Concessão em fase de construção conforme Contrato de Concessão nº 024/12 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/12 - ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão. Conclusão da obra e início de operação em 19 de março de 2014.	Portaria MME nº 128, de 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.

• Principais características dos contratos de concessão:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, NTE, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste e Transirapé) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorte, ATE III, SGT, Mariana, STC, EBTE, ETSE, e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, Mariana, ATE III, STC, ETSE, EBTE e ESDE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

A seguir, a composição da RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas do Grupo são reconhecidas de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.

	Ciclo 2014-2015			Ciclo 2013-2014			Ciclo 2012-2013		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	425.228	4.345	429.573	385.689	(11.803)	373.886	361.361	(14.325)	347.036
Gtesa	7.892	128	8.020	7.021	(212)	6.809	6.610	(266)	6.344
Munirah	31.059	327	31.386	28.802	(869)	27.933	27.116	(1.088)	26.028
Patesa	18.184	192	18.376	16.862	(509)	16.353	15.875	(637)	15.238
ETEO	149.699	1.584	151.283	138.821	(4.188)	134.633	130.696	(5.250)	125.446
Novatrans	442.435	4.669	447.104	410.285	(12.378)	397.907	386.272	(15.515)	370.757
STE	69.537	(1.189)	68.348	64.484	-	64.484	60.710	(2.436)	58.274
NTE	130.317	(2.229)	128.088	120.847	-	120.847	113.774	(4.570)	109.204
ATE	126.834	1.337	128.171	117.617	(3.879)	113.738	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	195.948	2.026	197.974	179.035	(5.402)	173.633	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	94.575	2.515	97.090	88.908	(2.503)	86.405	77.885	(3.103)	74.782
SGT (b)	4.236	46	4.282	3.982	-	3.982	-	-	-
ETAU (*)	19.412	72	19.484	18.002	(523)	17.479	16.948	(447)	16.501
Brasnorte (*)	8.150	196	8.346	7.662	(243)	7.419	8.499	(303)	8.196
ENTE (*)	95.799	1.009	96.808	88.838	(2.680)	86.158	6.970	(280)	6.690
EATE (*)	183.055	1.936	184.991	169.753	(5.121)	164.632	13.320	(535)	12.785
EBTE (*)	29.060	712	29.772	27.336	(1.436)	25.900	1.396	(117)	1.279
ECTE (*)	15.442	163	15.605	14.320	(432)	13.888	2.941	(118)	2.823
ETEP (*)	41.706	441	42.147	38.676	(1.168)	37.508	3.035	(122)	2.913
ERTE (*)	15.232	152	15.384	19.941	(426)	19.515	1.232	(49)	1.183
STC (*)	13.615	298	13.913	12.798	(176)	12.622	1.252	(14)	1.238
Lumitrans (*)	9.061	96	9.157	8.402	(253)	8.149	824	(33)	791
ESDE (*)	5.719	(27)	5.692	2.697	(3.489)	(792)	61	-	61
ETSE (a)	1.120	110	1.230	-	-	-	-	-	-
Transirapé (*)	951	9	960	882	(13)	869	-	-	-
Transleste (*)	1.737	18	1.755	1.611	(49)	1.562	-	-	-
Transudeste (*)	1.066	11	1.077	988	(30)	958	-	-	-
TOTAL	2.137.069	18.947	2.156.016	1.974.259	(57.782)	1.916.477	1.516.068	(61.405)	1.454.663

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(a) Entrada em operação parcial em dezembro de 2014. Entrou em operação total em março de 2015.

(b) Conclusão da obra e início da operação em 18 de março de 2014.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ciclo 2014-2015 - RAP no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756, de 24 de junho de 2014.

Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313, de 26 de junho de 2012.

Em que:

Total da Receita RAP = RBL - Rede Básica Licitada; RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações; Fronteira - RBNI - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira; Fronteira - RBL - Rede Básica Licitada - Fronteira; RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão, RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.

PA - Apuração = parcela de ajuste do exercício para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do exercício anterior (2012-2013/2013-2014/2014-2015).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antecipados (a)	24.399	40.535	24.399	38.313
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar IRPJ e CSLL a compensar/Imposto de Renda Retido na Fonte (C)	27.098	29.775	18.272	18.262
Impostos e contribuições retidos (b)	83.688	21.355	71.221	11.868
Outros	8.710	6.991	5.149	3.751
	3.074	994	2.786	707
	146.969	99.650	121.827	72.901
Circulante	96352	97.360	73.500	72.901
Não circulante	50.517	2.290	48.327	-
	146.969	99.650	121.827	72.901
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes (a)	552	206	-	-
PIS e COFINS	6.581	4.843	6.569	4.830
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.254	1.374	1.196	1.331
Imposto Sobre Serviços - ISS	443	521	287	371
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.507	2.215	305	1.023
Outros	418	2.837	267	2.677
	10.755	11.996	8.624	10.232

- (a) Referem-se substancialmente às antecipações mensais do IRPJ e da CSLL no montante de R\$26.551 (R\$89.932 em 31 de dezembro de 2014), apurados sobre a receita bruta, através da sistemática do lucro real anual, depois de descontadas as provisões calculadas pela Taesa no exercício corrente, considerando a adoção antecipada da lei 12.973/14, no montante de R\$2.153 (R\$51.619 em 31 de dezembro de 2014).
- (b) Referem-se a impostos e contribuições sociais retidos na fonte - Lei nº 10.833/03 (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa e ATE III.
- (c) Referem-se principalmente a benefícios fiscais, renovados e reconhecidos no primeiro trimestre de 2015, mas relativos ao ano calendário de 2014.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esses ativos.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado, são demonstrados a seguir:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
ATE III	16.324	-	16.324	23.327	-	23.327
Ativo	16.324	-	16.324	23.327	-	23.327
Taesa	513.121	(578.653)	(65.532)	505.569	(531.335)	(25.766)
SGT	-	(3.589)	(3.589)	-	(3.958)	(3.958)
Mariana	-	(420)	(420)	-	(301)	(301)
Passivo	513.121	(582.662)	(69.541)	505.569	(535.594)	(30.025)
	529.445	(582.662)	(53.217)	528.896	(535.594)	(6.698)

Os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	465.840	474.188	465.840	474.188
Diferenças temporárias (b)	51.293	40.852	47.281	31.381
Prejuízos fiscais	12.312	13.856	-	-
	529.445	528.896	513.121	505.569
Passivo				
Diferenças temporárias (b)	(582.662)	(535.594)	(578.653)	(531.335)

(a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 2014	31/03/2015 IRPJ e CSLL	31/12/2014 IRPJ e CSLL
Consolidado			
Rateio, antecipação e parcela de ajuste	127.821	43.459	28.271
Provisão para participação nos lucros	14.632	4.975	3.876
Provisão para fornecedores	3.655	1.243	1.243
Provisão para parcela variável	2.788	948	248
Provisão para riscos trabalhistas	146	49	49
- aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)	1.819	619	7.165
Total do ativo		51.293	40.852
- Ajuste a valor de mercado - dívida	(16.998)	(5.779)	(2.066)
- Aplicação do pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.778)	(944)	(1.038)
- Aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)	(1.518.029)	(516.130)	(510.273)
- Instrumentos financeiros derivativos	(175.908)	(59.809)	(22.217)
Total do passivo		(582.662)	(535.594)

	Base de cálculo	31/03/2015 IRPJ e CSLL	31/12/2014 IRPJ e CSLL
Controladora			
Rateio, antecipação e parcela de ajuste	118.542	40.304	26.213
Provisão para participação nos lucros	14.632	4.975	3.877
Provisão para fornecedores	2.962	1.007	1.007
Provisão para parcela variável	2.778	944	235
Provisão para riscos trabalhistas	146	50	49
Total do ativo		47.281	31.381
- Ajuste a valor de mercado - dívida	(16.998)	(5.779)	(2.066)
- Aplicação do pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.778)	(944)	(1.038)
- Aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)	(1.506.238)	(512.121)	(506.014)
- Instrumentos financeiros derivativos	(175.908)	(59.809)	(22.217)
Total do passivo		(578.653)	(531.335)

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	22.854	30.473	30.473	30.473	30.473	321.094	465.840
Diferenças temporárias	29.090	22.203	-	-	-	-	51.293
Prejuízos fiscais	3.101	4.134	4.547	530			12.312
	55.045	56.810	35.020	31.003	30.473	321.094	529.445

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

Com base nesse estudo, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações contábeis intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
PIS e COFINS diferidos- passivo (*)	317.782	318.564	262.775	264.351

(*) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Cíveis (a)	4.755	4.341	4.705	4.291
Fiscais (b)	8.316	8.316	6.978	6.978
Trabalhistas	87	62	87	62
	13.158	12.719	11.770	11.331

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - depósitos efetuados pela Taesa e ATE III relativos aos processos de faixa de servidão. Em 31 de março de 2015, o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era de aproximadamente R\$1.079 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2014).

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participavam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os assessores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação das contas a pagar decorrentes de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

(b) Fiscais

PIS e COFINS - TSN - embargos à execução fiscal interpostos pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$514.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.474.

IPI - TSN - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$771.

ICMS - ATE III - trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.337.

CSLL, PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$736.

CSRF, IRRF, PIS, COFINS e CSLL - NTE - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do artigo 151, II, do CTN - Código Tributário Nacional, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. O saldo registrado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.484.

Para todos os processos descritos anteriormente nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos, as expectativas de perda são consideradas possíveis.

11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	31/03/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto	164.472	160.327
Coligadas	1.524.596	1.541.831
Consolidado	1.689.068	1.702.158
Controladas	667.906	644.105
Controladora	2.356.974	2.346.263

Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2015	31/03/2014
Controladas em conjunto	4.145	2.190
Coligadas	54.649	23.761
Consolidado	58.794	25.951
Controladas	23.801	16.148
Controladora	82.595	42.099

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Investimentos em controladas	Quantidade total de ações		Participação - %	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	9.457.000	9.457.000	100%	100%
MAR	20.001	20.001	100%	100%

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1.

Movimentação dos investimentos em controladas - A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais (controladora), é como segue:

	Controladora			
	ATE III	SGT	MAR	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	355.380	7.281	1	362.662
Aumento/integralização de capital	-	3.200	20.000	23.200
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(18.398)	-	-	(18.398)
Equivalência patrimonial	15.873	200	75	16.148
Saldos em 31 de março de 2014	352.855	10.681	20.076	383.612
Aumento/integralização de capital	209.000	-	-	209.000
Pagamento de dividendos intercalares	(7.627)	-	-	(7.627)
Equivalência patrimonial	67.999	(1.614)	801	67.186
Dividendos a receber 2014	(7.858)	-	(208)	(8.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	614.369	9.067	20.669	644.105
Saldos em 1º de janeiro de 2015	614.369	9.067	20.669	644.105
Equivalência patrimonial	23.121	401	279	23.801
Saldos em 31 de março de 2015	637.490	9.468	20.948	667.906

Os principais eventos societários que impactaram o investimento da Companhia em suas controladas estão detalhados a seguir:

Investida	Evento	Data da aprovação/integralização	Órgão	Montante
Eventos no exercício de 2014				
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2013	28/02/2014	AGO	18.398
ATE III (i)	Aumento de capital	14/05/2014	AGE	192.700
ATE III (i)	Integralização de capital	15/05/2014	AGE	16.300
ATE III	Pagamento de dividendos intercalares	04/12/2014	AGE	7.627
				235.025
MAR (ii)	Aumento de capital	25/02/2014	AGE	20.000
SGT (ii)	Aumento de capital	18/03/2014	AGE	3.200
				258.225

(i) Esse aumento de capital teve como objetivo transferir os recursos necessários para essa investida realizar a liquidação antecipada de dívidas. Para outras informações, vide nota explicativa nº 14.

(ii) Esse aumento de capital teve como objetivo transferir os recursos necessários para essa investida iniciar a construção do empreendimento que constitui o seu objeto social mencionado na nota explicativa nº 1.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Controladas em conjunto</u>				
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorste	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
<u>Coligadas diretas</u>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	52.149.397	52.149.397	21,94%	21,94%
<u>Coligadas indiretas</u>				
STC (iii)	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	43.191.000	43.191.000	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	60.893.000	60.893.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	52.149.397	52.149.397	28,04%	28,04%
Transudeste (vii)	30.000.000	30.000.000	4,95%	4,95%
Transleste (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé (ix)	22.340.490	22.340.490	4,95%	4,95%

- (i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.
- (ii) A ERTE é uma investida da Taesa, EATE e ENTE. A Taesa possui uma participação de 21,94% no capital total dessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, que possuem respectivamente 20,59% e 29,41% de participação na ERTE, a participação total direta e indireta da Taesa na ERTE é de 49,98%.
- (iii) A EATE possui 61,55% de participação na STC e a ENTE possui uma participação de 18,45% nessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação direta e indireta da Taesa na STC é de 39,98%.
- (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.
- (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vii) A EATE possui 9,90% de participação da Transudeste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.
- (viii) A EATE possui 9,99% de participação da Transleste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (ix) A EATE possui 9,90% de participação da Transirapé; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto e coligadas mencionadas anteriormente é 31 de dezembro de cada ano.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Alterações na participação de coligada (ERTE):

Em 18 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela ENTE, de aporte de capital na ERTE, no valor de R\$17.433, equivalentes a 5.230.359 ações preferenciais e 5.230.359 ações ordinárias (38,02% de participação no capital total), a fim de conferir à ERTE os recursos necessários ao pagamento de dividendos societários. Nessa reunião, também foi autorizada pelo Conselho de Administração a celebração entre a Companhia, a Alupar e a EATE do Termo de Cessão de Direito de Preferência na subscrição de novas ações e outros valores mobiliários na ERTE, nos termos do qual foi transferida a título gratuito, proporcionalmente às respectivas ações no capital social da ERTE. Após esse aporte, o capital social totalmente integralizado da ERTE passou a ser de R\$126.941, representado por 42.171.159 ações ordinárias e 42.171.159 ações preferenciais, sem valor nominal. Dessa forma, a Taesa passou a ter uma participação direta na ERTE de 21,94% e indireta de 28,04% (considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE), continuando com uma participação direta e indireta na ERTE de 49,98%. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia.

Além da alteração de participação supracitada, no exercício de 2014 aconteceram mais duas alterações de participação na ERTE nos meses de junho e outubro. Para mais informações vide demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial em 12 de março de 2015.

Alteração na participação de coligada indireta (STC) - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela Alupar e ENTE, de aporte de capital na STC, no valor de R\$52.076, equivalentes a 48.663.246 ações ordinárias pela Alupar e pela nova acionista, a ENTE, que agora possui 18,45% de participação na STC, a fim de conferir à STC os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. Nessa reunião também foi aprovada a renúncia da EATE, em favor da ENTE, ao direito de subscrição de novas ações ordinárias a serem emitidas pela STC. A EATE teve sua participação reduzida para 61,55% e a Alupar manteve sua participação de 20%. Considerando que a Taesa possui diretamente 49,98% e 49,99% da EATE e da ENTE, respectivamente, a Taesa continua com uma participação indireta na STC de 39,98%. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de agosto de 2014 da STC.

Aumento de capital de coligada indireta (Lumitrans) - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela Alupar e EATE, de aporte de capital na Lumitrans, no valor de R\$20.174, equivalentes a 14.436.036 ações ordinárias pela Alupar e EATE, a fim de conferir à Lumitrans os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. A EATE, coligada direta da Taesa, possui 80% de participação na Lumitrans; conseqüentemente, a Taesa que tem participação de 49,98% na EATE possui uma participação indireta de 39,98% na Lumitrans. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de agosto de 2014 da Lumitrans.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aumento de capital de coligada indireta (ESDE) - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela ETEP, de aporte de capital na ESDE, no valor de R\$11.289, equivalentes a 11.288.999 novas ações ordinárias, sem valor nominal, a fim de conferir à ESDE os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. A ETEP, coligada direta da Taesa, possui 99,99% de participação na ESDE; conseqüentemente, a Taesa que tem participação de 49,98% na ETEP possui uma participação indireta de 49,98% na ESDE. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de agosto de 2014 da ESDE.

Controladas em conjunto	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")
Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento S.A.
EBTE	EATE
ECTE	Alupar Investimento S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE estão listadas a seguir:

- a) A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- b) As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
 - Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações.
 - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias.
 - Liquidação ou dissolução da referida sociedade.
 - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas.
 - Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
 - Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade.
 - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- c) Será vedada ao acionista a participação de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.
- d) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
- Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social.
 - Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350.
 - Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social.
- e) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- f) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- g) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo-Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

As principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Brasnorte

- O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bimetal. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bimetal e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade.
- A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à TAESA a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bimetal a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro.
- Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.
- O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

ETAU

- A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU.
- A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
- As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente.
- Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas

A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	ETAU	Brasnorte	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2014	77.239	82.372	159.611
Aprovação dos dividendos adicionais propostos 2013	(14.650)	-	(14.650)
Equivalência patrimonial	1.546	644	2.190
SalDOS em 31 de março de 2014	64.135	83.016	147.151
Equivalência patrimonial	10.023	6.391	16.414
Dividendos a receber 2014	(74)	(3.164)	(3.238)
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	74.084	86.243	160.327
SalDOS em 1º de janeiro de 2015	74.084	86.243	160.327
Equivalência patrimonial	1.729	2.416	4.145
SalDOS em 31 de março de 2015	75.813	88.659	164.472

Os principais eventos societários que impactaram o investimento da Companhia em suas controladas em conjunto estão detalhados a seguir:

Investida	Evento	Data da aprovação/ integralização	Órgão	Montante
Eventos no exercício de 2014				
ETAU	Dividendos adicionais propostos	17/02/2014	AGO	14.650

A movimentação dos investimentos em coligadas, incluindo o valor justo oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2014	797.810	146.818	51.415	434.785	122.753	171.885	1.725.466
Equivalência patrimonial	9.528	1.219	518	7.525	1.190	3.781	23.751
SalDOS em 31 de março de 2014	807.338	148.037	51.933	442.310	123.943	175.666	1.749.227
Equivalência patrimonial	112.581	19.299	6.579	50.228	10.235	21.730	220.652
Dividendos recebidos em 2013	(228.536)	-	(7.571)	(109.201)	(26.699)	(53.726)	(425.733)
Dividendos a receber 2014	-	(2.315)	-	-	-	-	(2.315)
Ajuste PPA alteração societária da ERTE	12.413	-	-	29.364	(41.777)	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	703.796	165.021	50.941	412.701	65.702	143.670	1.541.831
SalDOS em 1º de janeiro de 2015	703.796	165.021	50.941	412.701	65.702	143.670	1.541.831
Equivalência patrimonial	26.170	5.960	1.020	14.256	1.804	5.439	54.649
Aprovação dos dividendos adicionais propostos 2014	(48.177)	(69)	(2.325)	(14.910)	(1.469)	(4.934)	(71.884)
SalDOS em 31 de março de 2015	681.789	170.912	49.636	412.047	66.037	144.175	1.524.596

Os principais eventos societários que impactaram o investimento da Companhia em suas coligadas estão detalhados a seguir:

Investida	Natureza dos dividendos pagos e	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
-----------	---------------------------------	-------------------	-------	--------------

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	propostos			
EATE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	48.177
ECTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	30/03/2015	AGOE	2.325
ETEP	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	4.934
ENTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	14.910
ERTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	1.469
EBTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	69
				71.884

(*) Montante proporcional a participação da Taesa na investidas. O pagamento dos referidos valores poderá ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, inclusive ultrapassando o exercício de 2015.

b) Informações contábeis intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações contábeis intermediárias resumidas apresentadas nas informações contábeis intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicos emitidos pelo CPC.

Agregação das informações contábeis intermediárias - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações contábeis intermediárias das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31 de março de 2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10.731	13.570	24.301	48.357	72.658
Ativo financeiro (i)	21.715	18.992	40.707	938.460	979.167
Outros ativos circulantes	5.097	4.857	9.954	43.973	53.927
Ativos circulantes	37.543	37.419	74.962	1.030.790	1.105.752
Ativo financeiro (i)	105.195	265.657	370.852	1.766.036	2.136.888
Investimentos em participações societárias	-	-	-	722.649	722.649
Outros ativos não circulantes	3.931	542	4.473	94.130	98.603
Ativos não circulantes	109.126	266.199	375.325	2.582.815	2.958.140
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.579	-	7.579	14.237	21.816
Debêntures (ii)	389	1.807	2.196	225.823	228.019
Outros passivos circulantes	4.841	22.200	27.041	201.457	228.498
Passivos circulantes	12.809	24.007	36.816	441.517	478.333
Empréstimos e financiamentos (ii)	13.750	-	13.750	111.080	124.830
Debêntures (ii)	9.940	5.644	15.584	917.671	933.255
Impostos e contribuições diferidos	14.877	14.334	29.211	266.623	295.834
Tributos diferidos	4.376	24.144	28.520	-	28.520
Outros passivos não circulantes	2.459	6.183	8.642	74.415	83.057
Passivos não circulantes	45.402	50.305	95.707	1.369.789	1.465.496
Patrimônio líquido individual	88.458	229.306	317.764	1.802.299	2.120.063
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	46.515	88.659	135.174	809.164	944.338
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	29.298	-	29.298	715.432	744.730
Investimento total da Taesa	75.813	88.659	164.472	1.524.596	1.689.068

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.859	8.121	12.980	78.564	91.544
Ativo financeiro (i)	21.461	18.437	39.898	917.035	956.933
Outros ativos circulantes	5.379	5.112	10.491	46.153	56.644
Ativos circulantes	31.699	31.670	63.369	1.041.752	1.105.121
Ativo financeiro (i)	106.118	259.047	365.165	1.795.282	2.160.447
Investimentos em participações societárias	-	-	-	704.390	704.390
Outros ativos não circulantes	3.844	501	4.345	89.301	93.646
Ativos não circulantes	109.962	259.548	369.510	2.588.973	2.958.483
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.286	10.868	18.154	239.876	258.030
Outros passivos circulantes	4.056	11.716	15.772	155.552	171.324
Passivos circulantes	11.342	22.584	33.926	395.428	429.354
Empréstimos e financiamentos (ii)	15.004	5.409	20.413	1.090.536	1.110.949
Impostos e contribuições diferidos	14.925	14.334	29.259	270.971	300.230
Tributos diferidos	4.405	24.144	28.549	-	28.549
Outros passivos não circulantes	11.536	1.690	13.226	54.347	67.573
Passivos não circulantes	45.870	45.577	91.447	1.415.854	1.507.301
Patrimônio líquido individual	84.449	223.057	307.506	1.819.443	2.126.949
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	44.406	86.243	130.649	818.006	948.655
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	29.678	-	29.678	723.825	753.503
Investimento total da Taesa	74.084	86.243	160.327	1.541.831	1.702.158

Demonstração do resultado	31 de março de 2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	7.834	11.589	19.423	179.594	199.017
Custos e despesas	(1.217)	(1.459)	(2.676)	(17.185)	(19.861)
Receitas financeiras	223	305	528	3.529	4.057
Despesas financeiras	(1.714)	(880)	(2.594)	(39.546)	(42.140)
Resultado financeiro	(1.491)	(575)	(2.066)	(36.017)	(38.083)
Equivalência patrimonial	-	-	-	29.161	29.161
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.117)	(3.306)	(4.423)	(17.761)	(22.184)
Lucro do período	4.009	6.249	10.258	137.792	148.050
Lucro do período - participação da Taesa	2.108	2.416	4.524	62.970	67.494
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(379)	-	(379)	(8.321)	(8.700)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.729	2.416	4.145	54.649	58.794
Resultado abrangente do período	4.009	6.249	10.258	137.792	148.050
Resultado abrangente do período - participação da Taesa	2.108	2.416	4.524	62.970	67.494
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(379)	-	(379)	(8.321)	(8.700)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.729	2.416	4.145	54.649	58.794

Demonstração do resultado	31 de março de 2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	6.028	3.947	9.975	175.689	185.664
Custos e despesas	(1.044)	(1.251)	(2.295)	(17.761)	(20.056)
Receitas financeiras	181	172	353	2.028	2.381
Despesas financeiras	(491)	(792)	(1.283)	(23.884)	(25.167)
Resultado financeiro	(310)	(620)	(930)	(21.856)	(22.876)
Equivalência patrimonial	-	-	-	19.132	19.132
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(413)	(412)	(825)	(26.930)	(27.755)
Resultado do período	4.261	1.664	5.925	128.274	134.199
Resultado do período - participação da Taesa	2.241	644	2.885	60.212	63.097
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(695)	-	(695)	(36.451)	(37.146)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.546	644	2.190	23.761	25.951
Resultado abrangente do período	4.261	1.664	5.925	128.274	134.199
Resultado abrangente do período - participação da Taesa	2.241	644	2.885	60.212	63.097
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(695)	-	(695)	(36.451)	(37.146)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.546	644	2.190	23.761	25.951

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(i) Ativo financeiro

Ativo financeiro		31/03/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto			
ETAU		126.910	127.579
Brasnorte		284.649	277.484
		411.559	405.063
Coligadas diretas			
EATE		992.017	998.605
EBTE		542.663	538.727
ECTE		209.734	213.274
ENTE		608.820	607.681
ERTE		148.800	149.366
ETEP		202.462	204.664
		2.704.496	2.712.317

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto						
ETAU	BNDES	jan/18	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.	Cesta de moedas + 4.0% a.a. TJLP + 4.0% a.a.	21.329	22.290
ETAU	Debêntures	dez/19	-	108% do CDI	10.329	10.021
Brasnorte	CEF	jun/16	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletronorte e Bimetal; direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte; e aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	117,5% do CDI	-	16.277
Brasnorte	Debêntures	Ju/16	-	108% do CDI	7.451	-
					39.109	48.588

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2015	31/12/2014
Coligadas diretas						
EATE	Debêntures	mar/16 out/17 mar/19 ago/20	Sem garantias.	CDI + 1,3% CDI + 0,9875% CDI + 1,15% 109,75% CDI	78.955 142.206 270.769 161.480	98.582 137.958 270.488 166.327
EBTE	BNDES	mai/25 nov/19	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	111.809 13.508	114.558 14.234
ECTE	Debêntures	mar/16 out/17 fev/15	Sem garantias.	CDI + 1,3% CDI + 0,9875% CDI + 1,30%	16.442 84.000 2.023	20.529 81.488 15.014
ENTE	Debêntures	mar/16 ago/20	Sem garantias.	CDI + 1,3% 109,75% CDI	41.668 251.876	52.026 259.431
ETEP	Debêntures	nov/16 ago/20	Sem garantias.	112,5% CDI 109,75% CDI	24.100 69.975	27.705 72.072
					1.268.811	1.330.412

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados na tabela possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2014, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto		
ETAU	14	14
Brasnorte	5.930	8.195
	5.944	8.209
Coligadas		
EATE	2.682	2.797
EBTE	99	99
ECTE	226	50
ENTE	599	599
	3.606	3.545

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativos circulantes				
Adiantamentos diversos	5.080	5.325	4.890	5.092
Partes relacionadas (f)	177	120	1.182	808
Antecipações de P&D (a)	32.902	31.719	32.000	30.863
Outras contas a receber	12.600	11.035	12.113	10.741
	50.759	48.199	50.185	47.504
Ativos não circulantes				
Outras contas a receber (e)	5.573	7.845	5.573	7.845
	5.573	7.845	5.573	7.845
Passivos circulantes				
Folha de pagamento	24.352	21.323	24.201	21.323
Compensação ambiental (b)	3.591	3.875	1.928	2.212
Partes relacionadas (f)	3	1.599	-	1.584
Outras contas a pagar (g)	4.083	3.970	4.034	3.928
	32.029	30.767	30.163	29.047
Passivos não circulantes				
Rateio de antecipação (c) e parcela de ajuste (d)	127.570	83.581	118.412	77.606
Partes relacionadas (f)	-	-	-	-
Provisão para multa administrativa (h)	7.843	7.843	7.843	7.843
Outras contas a pagar	1.665	1.665	1.665	1.665
	137.078	93.089	127.920	87.114

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (a) Antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo registrado na rubrica "Taxas regulamentares" nos montantes de R\$62.564 no consolidado e R\$59.941 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$60.241 no consolidado e R\$57.757 na controladora em 31 de dezembro de 2014), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.
- (b) Provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental não houve desembolsos nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014. A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no exercício, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- (c) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. Em 31 de março de 2015, foi aumentado na RAP do Grupo Taesa o montante de R\$41.178 no consolidado e de R\$38.647 na controladora (aumentou em R\$2.694 no consolidado e de R\$2.525 na controladora em 31 de março de 2014).
- (d) Corresponde ao ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 31 de março de 2015, o ONS aumentou em R\$2.159 na controladora e em R\$2.813 no consolidado da receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa (Reduziu R\$9.810 na controladora e de R\$10.499 no consolidado no período findo em 31 de março de 2014).
- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$4.933, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante não será reembolsado pela ANEEL em um prazo inferior a 12 meses; e (ii) débitos fiscais de exercícios anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, os quais vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$3.447.
- (f) Vide nota explicativa nº 13.
- (g) Referem-se basicamente a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia.
- (h) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, o qual teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, à 0 hora e 14 minutos. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta Taesa 267/2013. Em 21 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da Taesa. Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 27 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 751/2014, proferido pela SFE/ANEEL, segundo o qual a Superintendência reconsiderou parcialmente a decisão constante do Auto de Infração, com base no artigo 34 da Resolução Normativa ANEEL nº 063/2004. Em virtude da redução do valor da multa, foi revertida parte do valor da provisão inicial, estando provisionado atualmente o valor de R\$7.843. O processo ainda será analisado pela Diretoria da ANEEL, última instância na esfera administrativa.

13. PARTES RELACIONADAS

I - Transações com partes relacionadas - as operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios apresentados nestas informações contábeis intermediárias, estão detalhados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativos circulantes				
Contas a receber Taesa x ETAU (c.1) (c.2)	77	64	77	64
Contas a receber Taesa x Brasnorte (c.3) (c.4)	100	56	100	56
Contas a receber Taesa x Mariana (b.11)	-	-	19	9
Contas receber Taesa x ATE III (b.2) (b.3) (b.4)	-	-	948	660
Contas receber Taesa x SGT (b.5) (b.10)	-	-	38	19
	177	120	1.182	808
Passivos circulantes				
Contas a pagar SGT x CEMIG (b.7) (b.9)	3	15	-	-
Contas a pagar Taesa x Ativas (a.2)	-	80	-	80
Contas a pagar Taesa x Axxiom (a.4)	-	702	-	702
Contas a pagar Taesa x Axxiom (a.5)	-	802	-	802
	3	1.599	-	1.584

Demonstração do resultado	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita financeira				
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIG GT (d.1/d.5/d.6)	1.267	293	1.103	293
Fundo Pampulha - Taesa x Guanhães (d.2) (d.3)	-	2.695	-	2.695
Fundo Pampulha - Taesa x Axxiom (d.4)	76	57	66	57
Fundo Pampulha - Taesa x ETAU (d.7)	150	-	130	-
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIGTEL (d.8)	63	-	54	-
Fundo Pampulha - Taesa x ATIVAS (d.9 / d.10)	71	-	61	-
Fundo Pampulha - Taesa x Brasnorte (d.11)	85	-	74	-
Outras receitas operacionais				
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	171	158	171	158
Serviços prestados SGT x Cemig D (b.8)	190	-	-	-
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.3)	73	69	73	69
Prestação de serviços Taesa x SGT (b.10)	-	-	58	-
Prestação de serviços Taesa x ATE III (b.3) (b.4)	-	-	165	-
Prestação de serviços Taesa x Mariana (b.11)	-	-	57	-
	2.146	3.272	2.012	3.272

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas operacionais				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	338	212	338	212
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.2)	161	193	161	193
	499	405	499	405
Custo operacional				
Custos com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	82	150	82	150
Serviços prestados Cemig GT x SGT (b.6/7/9)	83	-	-	170
	165	150	82	320

a) Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas

a.1. Taesa x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 25)

Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para a operação: plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$420 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$362 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado).

Vigência/duração: não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

a.2. Contas a pagar Taesa x Ativas - contrato de prestação de serviços

Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet, de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$80 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$161 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$193 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: caso qualquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Outras informações relevantes: Em 11 de abril de 2014 foi assinado um novo contrato de prestação de serviços com a Ativas, o qual entrará em vigor após o cumprimento de determinadas atividades definidas em contrato e a assinatura do termo de aceitação; e substituirá o presente contrato. Até o momento não foi assinado o termo de aceite entre as partes.

a.3. Taesa x Cemig D x UFMG - convênio de cooperação técnico-científica

Objeto do contrato: convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Natureza e razão para a operação: desenvolvimento de metodologia de caracterização e de modelo preditivo para o comportamento e envelhecimento de materiais poliméricos utilizados no setor elétrico.

Data da transação: 3 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$1.419 (valor referente aos três repasses de responsabilidade da Taesa).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: não houve.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

a.4. Contas a pagar Taesa x Axxiom - contrato de prestação de serviços

Objeto do contrato: prestação de serviços de técnicos e de consultoria de informática.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de reimplantação SAP, melhorias de processos corporativos com integrações ao sharepoint/web e adequações de manual de contabilidade ANEEL.

Data da transação: 4 de novembro de 2014.

Montante envolvido: R\$2.890.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.890.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$702 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, até 31 de agosto de 2015.

Condições de rescisão ou extinção: cada uma das partes terá o direito a resolver o presente contrato mediante o simples envio de notificação por escrito à outra parte, quando da ocorrência de quaisquer das eventualidades: a outra parte tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; a outra parte transferir a totalidade ou parte substancial de seu patrimônio ou bens ou parar de exercer atividade comercial; por motivo de força maior ou caso fortuito, conforme mencionado no Artigo 393 do Código Civil brasileiro, entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do contrato; e caso haja alteração do controle acionário ou da estrutura de qualquer das partes que interfira ou venha a interferir, direta ou indiretamente, no regular cumprimento do contrato. A Companhia terá a seu exclusivo critério e sem prejuízo da aplicação das penalidades e da apuração de eventuais prejuízos por perdas e danos decorrentes, o direito de resolver imediatamente o contrato, mediante o simples envio de notificação por escrito, quando da ocorrência: de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos, ou o descumprimento de qualquer das

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

obrigações relativos ao contrato e seus anexos, pela contratada; da contratada violar dispositivo do contrato e deixar de retificar tal violação no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação por escrito.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$353 na controladora e no consolidado em 31 de março de 2015 (R\$281 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

a.5. Contas a pagar Taesa x Axxiom - termo de cooperação

Objeto do contrato: desenvolvimento de projeto de P&D.

Natureza e razão para a operação: desenvolvimento de projeto de P&D "Central de observação, gestão e monitoramento de ativos (COGMA) - do levantamento do estado da arte à conceituação da estrutura funcional".

Data da transação: 17 de julho de 2014.

Montante envolvido: R\$802.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$802.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$802 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: 12 meses a partir da data de sua assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: quando a outra parte tiver sua falência decretada ou esteja envolvida em um processo de recuperação judicial ou extrajudicial; a outra parte transferir a totalidade ou parte substancial de seu patrimônio ou bens ou pare de exercer atividade comercial; quando uma das partes violar dispositivo do termo de cooperação e deixar de retificar tal violação ou apresentar um plano acordado mutuamente no prazo de trinta dias depois de notificada pela outra parte não infratora; por motivo de força maior, conforme mencionado no Artigo 393 do Código Civil, entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no termo de cooperação, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do termo de cooperação; quando as penalidades aplicadas à executora atingirem o teto definido na cláusula 7.3 do termo de cooperação;

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$1.073 na controladora e no consolidado em 31 de março de 2015 (R\$868 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Transações entre a Companhia e suas controladas e entre suas controladas e seus controladores

b.1. Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA

Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para a operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA (ATE II e ATE III) à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 1).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. Em 11 de julho de 2014, a ATE III pagou R\$20.000 à Taesa. Em 18 de dezembro de 2014, a ATE III liquidou o saldo remanescente a pagar à Taesa.

b.2. Contas a receber Taesa x ATE III - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$285 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$152 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****b.3. Contas a receber Taesa x ATE III - serviço de operação**

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$568 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$488 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$104 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: a TAESA passou a operar e manter os ativos da Companhia em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão. O contrato encontra-se em fase de assinatura.

b.4. Contas a receber Taesa x ATE III - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 5 de maio de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - sem atualização).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$95 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$20 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$61 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPC-A.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (5 de maio de 2018).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013, data da incorporação da empresa União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S/A-Unisa. As operações de back-office são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

b.5. Contas a receber Taesa x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em uma prazo inferior a 12 meses.

b.6. Cemig GT x SGT - contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da SE São Gotardo.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário.

Data da transação: 9 de janeiro de 2013.

Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$170 na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 26 meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 dias; falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e nas condições previstos no contrato; e ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

b.7. SGT x Cemig GT - contrato de CCI

Objeto do contrato: compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnico-operacionais.

Natureza e razão para operação: implementação da linha de transmissão.

Data da transação: 17 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$3 (taxa de conservação - valor mensal).

Saldo existente: R\$3 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$3 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$9 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die"; e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes.

Condições de rescisão ou extinção: somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: em 23 de junho de 2014, a Companhia pagou a importância de R\$198 referentes ao ressarcimento dos custos incorridos na fase de implantação, previstos na cláusula 20ª do contrato, acrescidos de atualização monetária.

b.8. SGT x Cemig D - Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT

Objeto do contrato: disponibilidade do ponto de conexão.

Natureza e razão para operação: conexão ao sistema de transmissão.

Data da transação: 18 de março de 2014.

Montante envolvido: R\$689 (valor anual ser pago em 12 parcelas).

Saldo existente: R\$64 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$63 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Clientes".

Resultado: R\$190 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes ou enquanto a acessante estiver conectada ao SIN.

Condições de rescisão ou extinção: por qualquer das partes: por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.

Garantias e seguros relacionados: contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

Outras informações relevantes: Em 1º de setembro de 2014 a CEMIG D ressarciu à SGT o valor de R\$45, correspondente à implantação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF e Teleproteção da LD São Gotardo 2/São Gotardo 1, 138 kV, conforme Resolução Normativa nº 67/2004.

b.9. Transações entre a SGT e a Cemig GT - contrato de O&M

Objeto do contrato: operação e manutenção.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação e manutenção.

Data da transação: 10 de julho de 2014.

Montante envolvido: R\$432 (serviços de operação e manutenção - valor anual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$12 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$74 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à data de operação comercial, e assim permanecerá por quatro anos, podendo ser prorrogado sucessivamente por novos períodos de quatro anos.

Condições de rescisão ou extinção: a contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, por inadimplemento ou incapacidade financeira da contratada; por indisponibilidade das instalações transmissora por culpa ou dolo da contratada; o CPSOM poderá ser rescindido antecipadamente, sem responsabilidade alguma de qualquer parte por mútuo acordo entre as partes, pela impossibilidade de manter a eficácia do CPSOM em virtude de determinação legal inclusive em liquidação judicial ou extrajudicial, falência de qualquer parte homologada, declarada ou decretada; pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes,

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: esse contrato foi assinado em 10 de julho de 2014, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.

b.10. Contas a receber Taesa x SGT - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 8 de setembro de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - não corrigido).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$58 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

b.11. Contas a receber Taesa x Mariana - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 17 de novembro de 2014. O contrato foi anuído pela ANEEL, através do Despacho nº 4.846 de 17 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial em 18 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - não corrigido).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$9 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$57 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

c) Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto**c.1. Taesa x ETAU - contrato de serviços de "back-office"**

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.
Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.
Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).
Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).
Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).
Saldo existente: R\$56 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$56 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).
Resultado: R\$171 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$158 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).
Taxa de juros cobrada: não houve.
Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.
Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (até 23 de janeiro de 2017).
Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.
Garantias e seguros relacionados: não houve.
Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a respectiva renovação por meio do Despacho nº 181, de 24 de janeiro de 2013. As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

c.2. Contas a receber Taesa x ETAU - reembolso de despesas

Objeto do contrato: não aplicável.
Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo.
Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.
Data da transação: não aplicável.
Montante envolvido: não aplicável.
Saldo existente: R\$21 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$8 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).
Resultado: não aplicável.
Taxa de juros cobrada: não aplicável.
Atualização monetária: não aplicável.
Vigência/duração: não aplicável.
Condições de rescisão ou extinção: não houve.
Garantias e seguros relacionados: não houve.
Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em uma prazo inferior a 12 meses.

c.3. Contas a receber Taesa x Brasnorte - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.
Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.
Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).
Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).
Montante correspondente à participação da Companhia: R\$22 (valor mensal contratual).
Saldo existente: R\$24 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$24 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Resultado: R\$73 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$69 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195, de 25 de janeiro de 2013. As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

c.4. Contas a Receber - Taesa x Brasnorte - reembolso de despesas

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$76 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$32 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: o valor será pago até 31 de dezembro de 2015.

c.5. Brasnorte x Taesa (TSN) - contrato de comodato de imóvel

Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante).

Natureza e razão para a operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: não aplicável.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: não houve.

d) Transações entre o Fundo Pampulha e seus controladores e empresas ligadas

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Objeto dos contratos: a Companhia é cotista do Fundo Pampulha, que se constitui em um fundo exclusivo entre os Grupos Taesa e CEMIG. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos Grupos Taesa e CEMIG conforme detalhado a seguir. Maiores informações sobre o Fundo Pampulha, vide nota explicativa nº 2.1.

Natureza e razão para as operações: aplicação de caixa do Grupo em fundo de investimento - Fundo Pampulha.

d.1. Fundo Pampulha x Cemig GT (debêntures)

Data da transação: 30 de janeiro de 2014.

Montante envolvido: R\$50.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$15.908.

Saldo existente: R\$18.842 no consolidado e R\$16.387 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$2.745 no consolidado e R\$1.518 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$550 no consolidado e R\$479 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$273 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 23 de dezembro de 2016.

d.2. Fundo Pampulha x Guanhões (Debêntures)

Data da transação: 19 de abril de 2013.

Montante envolvido: R\$67.295.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$21.621.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2014), registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014 (R\$1.940 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,6% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 22 de abril de 2014.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****d.3. Fundo Pampulha x Guanhães (NP)**

Data da transação: 18 de outubro de 2013.

Montante envolvido: R\$51.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$16.386.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2014, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários").

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2015 (R\$755 no consolidado e na controladora no mesmo período em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 16 de abril de 2014.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

d.4. Fundo Pampulha x Axxiom (debêntures)

Data da transação: 19 de abril de 2013.

Montante envolvido: R\$10.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.181

Saldo existente: R\$3.734 no consolidado e R\$3.247 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$608 no consolidado e R\$336 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$76 no consolidado e R\$66 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$57 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 29 de janeiro de 2016.

d.5. Fundo Pampulha x Cemig GT (debêntures)

Data da transação: 15 de fevereiro de 2013.

Montante envolvido: R\$9.670.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.124.

Saldo existente: R\$3.582 no consolidado e R\$3.116 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$585 no consolidado e R\$323 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$45 no consolidado e R\$39 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$20 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

d.6. Fundo Pampulha x CEMIG GT (NP)

Data da transação: 27 de junho de 2014.

Montante envolvido: R\$20.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$6.363.

Saldo existente: R\$7.989 no consolidado e R\$6.948 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$585 no consolidado e R\$323 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$672 no consolidado e R\$585 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 22 de junho de 2015.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****d.7. Fundo Pampulha x ETAU (debêntures)**

Data da transação: 10 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$10.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.181.

Saldo existente: R\$3.808 no consolidado e R\$3.311 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$553 no consolidado e R\$306 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$150 no consolidado e R\$130 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 108% do CDI.

Vigência/duração: 1º de dezembro de 2019.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

d.8. Fundo Pampulha x CEMIGTEL (NP)

Data da transação: 19 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$5.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$151.

Saldo existente: R\$1.892 no consolidado e R\$1.646 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$275 no consolidado e na R\$152 controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$63 no consolidado e R\$54 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 110,4% do CDI.

Vigência/duração: 14 de dezembro de 2015.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

d.9. Fundo Pampulha x ATIVAS (debêntures)

Data da transação: 02 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$21.963.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$6.988.

Saldo existente: R\$8.069 no consolidado e R\$7.017 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$34 no consolidado e R\$30 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 3,5%aa mais variação do CDI.

Vigência/duração: 01 de julho de 2017.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

d.10. Fundo Pampulha x ATIVAS (debêntures)

Data da transação: 02 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$27.470.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$8.740.

Saldo existente: R\$10.086 no consolidado e R\$8.771 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$37 no consolidado e R\$31 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 3,5%aa mais variação do CDI.

Vigência/duração: 01 de julho de 2017.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

d.11. Fundo Pampulha x BRASNORTE (debêntures)

Data da transação: 09 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$8.548.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.720.

Saldo existente: R\$3.212 no consolidado e R\$2.794 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$85 no consolidado e R\$74 na controladora em 31 de março de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2014).

Taxa de juros cobrada: 108% do CDI.

Vigência/duração: 22 de junho de 2016.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

a) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2014:

- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
- Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: remuneração fixa de 62,93% e remuneração variável de 37,07%.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.

b) Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período findo de janeiro a março de 2015 e de 2014:

Período de janeiro a março de:	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal		Total	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Número de membros	22	22	3	3	10	10	35	35
Remuneração fixa	475	486	926	865	89	84	1.490	1.435
Salário ou pró-labore	475	486	829	775	89	84	1.393	1.345
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	97	90	n/a	n/a	97	90
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	475	486	926	865	89	84	1.490	1.435

n/a = não aplicável

c) Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal no período findo em março de 2015 e de 2014:

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Número de membros efetivos	11	11	3	3	5	5
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5 (*)	5 (*)
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	12	11	116	108	6	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	3	5	96	90	6	6
Remuneração individual média no exercício (mensal)	7	8	103	96	6	6

(*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de março de 2015 e 2014, os órgãos de governança corporativa e os demais funcionários da Companhia não possuem remuneração baseada em ações.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A seguir, as principais informações referentes aos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas.

Financiadores	Concessão	Captação					Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado acumulado	Vencimento final	
Moeda nacional - R\$							
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB - subcrédito A	23.504	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB - subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB - subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-Patesa	14/10/2014	CCB - subcrédito A	430	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB -subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$							
Citibank	TAESA	10/04/2014	Loan 4.131 - A	100.000	100.000	10/04/2015	LIBOR + 0,62% a.a.
Citibank	TAESA	10/04/2014	Loan 4.131 - B	350.000	350.000	11/04/2016	LIBOR + 0,891% a.a.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	Concessão	Saldo em 31/12/2014	Captação/custo	Juros, variação monetária e cambial incorridos/custo	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 31/03/2015
Empréstimos e financiamentos mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$								
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	493	-	10	-	(10)	(18)	475
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	140	-	3	-	(3)	(5)	135
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	14.829	5.437	118	-	(691)	-	19.693
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	690	-	9	-	(9)	(23)	667
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	30.498	-	225	-	(228)	-	30.495
BNDES-FINAME	Taesa-Patesa	433	-	6	-	(6)	-	433
Empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo - moeda estrangeira com "swap" - US\$								
Citibank Contrato A	Taesa	118.026	-	27.293	(1.947)	(310)	-	143.062
Citibank Contrato B	Taesa	410.427	-	95.921	(8.974)	(1.429)	-	495.945
Controladora		575.536	5.437	123.585	(10.921)	(2.686)	(46)	690.905
Circulante		117.889						150.188
Não circulante		457.647						540.717
Empréstimos e financiamentos mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$								
BNDES-FINAME	SGT	19.715	-	119	-	(243)	(612)	18.979
Consolidado		595.251	5.437	123.704	(10.921)	(2.929)	(658)	709.884
Circulante		120.479						152.653
Não Circulante		474.772						567.231
Instrumentos financeiros derivativos								
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo								
Citibank ("swap") Contrato A	Taesa	(15.488)	-	(24.430)	1.892	(2.484)	-	(40.510)
Citibank ("swap") Contrato B	Taesa	(49.855)	-	(85.753)	8.704	(8.494)	-	(135.398)
"Swap" líquido		(65.343)	-	(110.183)	10.596	(10.978)	-	(175.908)
Empréstimos e financiamentos líquidos do "swap"		529.908	5.437	13.521	(325)	(13.907)	(658)	533.976

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Captação de novos empréstimos - em 7 de abril de 2014, a Companhia assinou dois contratos de empréstimos em dólares norte-americanos indexados à Libor, com o Citibank NY, nos montantes de US\$44.593 e US\$156.076, equivalentes a R\$100.000 e R\$350.000, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data de assinatura dos contratos, realizando ao mesmo tempo um "swap" dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil. Os recursos provenientes dos empréstimos contraídos foram recebidos em 10 de abril de 2014. Essa operação é amparada pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e foi aprovada na RCA de 25 de fevereiro de 2014.

Esses empréstimos tiveram como objetivo a liquidação antecipada da 6ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia, em 17 de abril de 2014, no valor de R\$435.828.

Liquidação de empréstimo com o BID na ATE III- a Assembleia Geral Extraordinária da ATE III, de 5 de maio de 2014, aprovou o pagamento antecipado da dívida com o BID e a celebração de contrato de "hedge" na modalidade "Non - Deliverable Forward - NDF". A Reunião do Conselho de Administração da Taesa de 8 de maio de 2014 aprovou o aporte de capital pela Companhia na sua controlada integral ATE III, a fim de lhe conferir os recursos necessários à liquidação antecipada da dívida com o BID. Em 15 de maio de 2014 ocorreu a liquidação da dívida com o BID e da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação da dívida, nos montantes de R\$329.245 (US\$148.973) e R\$2.899, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data da liquidação. A ATE III também desembolsou um montante de R\$13.134 (US\$5.943) para desfazer o contrato de "swap" de taxa de juros Libor atrelado a esse contrato, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
TJLP	21	16	21	77	114	135
Taxa fixa	8.088	6.735	9.010	46.908	62.653	70.741
Libor +US\$ (Swap CDI)	144.544	494.464	-	-	494.464	639.008
	152.653	501.215	9.031	46.985	557.231	709.884

Cláusulas restritivas - contratos vigentes	Taesa/SGT	Taesa
	BNDES (Santander FINAME)	Citibank
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X	
Não vender, transferir, alugar, transmitir ou alienar (em uma transação ou em uma série de transações) o todo ou parte substancial de suas propriedades ou ativos pertencentes agora ou futuramente adquiridos, que possam causar efeito material adverso		X
Não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação, que resultem ou tenham expectativa de implicar um efeito material adverso.		X
Não fazer ou permitir qualquer alteração no método de cálculo financeiro, exceto no caso em que for requerida pelas leis brasileiras.		X

Em 31 de março de 2015, as cláusulas restritivas ("covenants") anteriormente mencionadas foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes descritos anteriormente.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2014	Juros e variação monetária incorridos/custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2015
Sindicato de bancos (1ª emissão)	235.998	10.226	-	-	246.224
Itaú BBA (2ª emissão)	604.751	19.480	-	-	624.231
Itaú BBA (3ª emissão)	2.409.394	104.044	-	-	2.513.438
	3.250.143	133.750	-	-	3.383.893
Circulante	485.327				557.194
Não circulante	2.764.816				2.826.699

(*) No período findo em 31 de março de 2015, a amortização dos custos de debêntures foi de R\$274 (R\$373 em 31 de março de 2014).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2016	2017	2018	Após 2018	Não circulante	Total
CDI	397.358	195.000	860.000	-	-	1.055.000	1.452.358
IPCA	160.516	-	-	313.645	1.460.247	1.773.892	1.934.408
(-) Custos a amortizar	(680)	(404)	(361)	(212)	(1.216)	(2.193)	(2.873)
	557.194	194.596	859.639	313.433	1.459.031	2.826.699	3.383.893

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de julho de 2010.	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão/preço	Foram emitidas 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série e 25.500 da 2ª série, perfazendo um valor total de R\$600.000.	Foram emitidas 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série, perfazendo um valor total de R\$815.000.	Foram emitidas 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série, perfazendo um valor total de R\$2.160.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015). 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017). 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020). 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada. 2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%. 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%. 2ª série: CDI + 1,60%. 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%. 2ª série: IPCA + 4,85%. 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	1º de junho de 2010.	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Outras informações	Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% do CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas. Outras informações sobre essas notas promissórias estão detalhadas na nota explicativa nº 14.

Cláusulas restritivas	Taesa		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas	Taesa		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.			X

Em 31 de março de 2015, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes e consoante as BR GAAP e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	31/12/2014	Adições	Reversões	Baixas	31/03/2015
<u>Controladora e Consolidado</u>					
Trabalhistas	320	-	-	-	320
Fiscais	777	-	-	-	777
Cíveis	26	-	-	-	26
	1.123	-	-	-	1.123

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

	31/03/2015				31/12/2014			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	1.849	163.876	17.630	183.355	729	169.221	17.592	187.542
ATE III	-	16.685	-	16.685	-	16.685	-	16.685
	1.849	180.561	17.630	200.040	729	185.906	17.592	204.227

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais como segue:

Taesa - TSN - referem-se basicamente a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e ICMS, no montante de R\$19.180.

Taesa - Novatrans - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$2.341.

Taesa - ETEO - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.678. O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010.

Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Taesa - NTE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.588, sendo o valor de R\$ 5.458 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - ATE - manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.856, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taesa - STE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$ 11.598, sendo o valor de R\$ 10.068 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - ATE II - processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$19.279, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

ATE III - processos administrativos fiscais originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$16.685. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

O principal processo com expectativa de perda considerada remota para o Grupo Taesa está descrito a seguir:

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
IRPJ e CSLL correntes	29.029	(36.976)	30.365	(36.076)
IRPJ e CSLL diferidos	(46.519)	13.380	(39.766)	17.718
	(17.490)	(23.596)	(9.401)	(18.358)

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	219.423	135.102	211.334	129.864
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(74.605)	(45.935)	(71.853)	(44.154)
Equivalência patrimonial	19.990	8.823	28.082	14.314
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	37.606	5.067	34.562	2.971
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	148	123	148	123
Outros	(629)	8.326	(340)	8.388
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	(17.490)	(23.596)	(9.401)	(18.358)
Alíquota efetiva	8%	17%	4%	14%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

A seguir, tabela que define as principais características e prazos dos benefícios fiscais da Companhia e de suas controladas:

Concessão	Agência	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN (*)	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans (*)	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa (*)	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah (*)	SUDENE	138/2014		31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
Controladas				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2015 é de aproximadamente 56,92% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (12,17% em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos têm validade até o ano 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (para outras informações, vide nota explicativa nº 18). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho do processo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social – Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 640.714.069 ações ordinárias e 392.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

Mudança da composição acionária da Companhia ocorrida em 30 de outubro de 2014:

- Os cotistas do Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu"), Fundo de Investimento em Participações que integra o bloco de controle da Companhia, aprovaram na 19ª Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2014 a prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu, que deveria encerrar-se no dia 26 de outubro de 2014, por até 720 dias contados de 21 de outubro de 2014;
- A Cláusula 16.1.1 do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da Taesa ("Acordo de Acionistas") estabelece que o Santander Participações S.A. ("Santander"), cotista do FIP Coliseu e, portanto, acionista indireto da Taesa, deixará de ser parte do Acordo de Acionistas em 30 de outubro de 2014. Para tornar efetiva tal desvinculação do Acordo de Acionistas e, ainda, por força da prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu mencionada acima, foi realizada a 20ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Coliseu, ocasião em que foi aprovada a cisão parcial do FIP Coliseu, com a versão das ações ordinárias da Taesa de titularidade indireta do Santander, então detidas pelo FIP Coliseu, para o Fundo de Investimento em Participações Resling (cujo único cotista é o próprio Santander, doravante "FIP Resling"). Dessa forma, o FIP Resling tornou-se detentor de 76.258.597 ações ordinárias da Taesa.
- Por solicitação do Santander, o Conselho de Administração da Taesa homologou, no dia 30 de outubro de 2014, a conversão de 50.839.064 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em ações preferenciais.
- O Conselho da Companhia, na sequência, também por solicitação do Santander, homologou a emissão de 25.419.532 Units da Taesa em favor do FIP Resling, mediante o grupamento das 50.839.064 ações preferenciais convertidas às 25.419.532 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em 30 de outubro de 2014.
- As demais cláusulas do Acordo de Acionistas da Companhia permanecem válidas até o fim das concessões, sendo, portanto, mantida a gestão compartilhada da Companhia entre a CEMIG e o FIP Coliseu ou seus sucessores.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada a liquidação e encerramento do FIP Resling, conforme consta na ata da Assembleia Geral de Cotistas do fundo em questão. Em virtude da liquidação e encerramento do fundo, as units detidas pelo FIP Resling foram transferidas para o Santander Participações S.A. ("Santander"), único cotista do FIP Resling.
- A obtenção de participação direta pelo Santander é resultante da liquidação e encerramento do FIP Resling, de modo que o Santander não tem qualquer interesse em alterar a composição do controle ou estrutura administrativa da Companhia. Nesse sentido, a Companhia foi informada pelo Santander que: (i) o Santander não detém bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia; e (ii) o Santander não firmou acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Composição acionária	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	-	228.775.790	22,1%	228.775.790	22,1%
CEMIG	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%	448.122.873	43,4%
Free Float	118.866.050	18,6%	237.732.008	60,5%	356.598.058	34,5%	-	-
	640.714.069	100%	392.782.652	100%	1.033.496.721	100%	676.898.663	66,5%

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$34.562 em 31 de março de 2015 e R\$7.846 em 31 de dezembro de 2014, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de março de 2015, no valor de R\$128.667, será oportunamente capitalizado.

e) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

A proposta da Administração para distribuição do lucro do exercício de 2014 que foi ratificada pela AGO realizada em 22 de abril de 2015 (vide nota explicativa nº 28), é como segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2014
Lucro do exercício	904.845
Reserva legal (5%)	(45.242)
Reserva de incentivo fiscal	(7.846)
Lucro do exercício ajustado	851.757
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,41208 por ação ordinária e preferencial)	425.879
Dividendos intercalares pagos (R\$0,38703 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,1906 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(197.000)
	(597.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	19.877
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(577.123)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,24650 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(254.757)
Resumo das destinações:	
Reservas	(53.088)
Dividendos (R\$0,82415 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(851.757)
	(904.845)

Juros sobre capital próprio - em 4 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$197.000 (R\$0,19062 por ação ON e PN) a título de juros sobre capital próprio. O pagamento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2014.

Dividendos intercalares- em 26 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$400.000 (R\$0,38703 por ação ON e PN) a título de dividendos intercalares, com base nos resultados apurados em 31 de julho de 2014. O pagamento ocorreu no dia 6 de outubro de 2014.

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, distribuição esta ratificada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida no dia 22 de abril de 2015.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR

	31/12/2014	Dividendos propostos ou aprovados	Dividendos recebidos/pagos	31/03/2015
DIVIDENDOS A RECEBER				
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	74	-	-	74
BRASNORTE	3.164	-	-	3.164
EATE	-	48.175	(24.989)	23.186
EBTE	2.315	69	(1.225)	1.159
ECTE	7.738	2.325	-	10.063
ENTE	-	14.910	(13.497)	1.413
ERTE	-	1.469	(1.469)	-
ETEP	-	4.936	(4.936)	-
Consolidado	13.291	71.884	(46.116)	39.059
<i>Controladas</i>				
ATE III	7.858	-	-	7.858
MARIANA	208	-	-	208
Controladora	21.357	-	-	47.125
DIVIDENDOS A PAGAR				
Consolidado e Controladora				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (*)	3	-	-	3

(*) Dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$3, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Outros detalhes sobre os dividendos propostos e aprovados estão detalhados na nota explicativa nº 11.

Pagamento de dividendos - em 30 de abril de 2015, a Companhia pagou dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2014, o montante de R\$254.757 (R\$0,24650 por ação ON e PN). Vide nota explicativa nº 28.

Pagamento de dividendos - em 28 de maio de 2014, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2013, no total de R\$413.666 (R\$0,40026 por ação ON e PN).

Pagamento de dividendos intercalares - em 6 de outubro de 2014, a Companhia pagou a título de dividendos intercalares, com base nos resultados apurados em 31 de julho de 2014, o total de R\$400.000 (R\$0,38703 por ação ON e PN). Vide nota explicativa nº 18.

Pagamento de juros sobre capital próprio - em 17 de dezembro de 2014, a Companhia pagou a título de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 4 de dezembro de 2014, o total de R\$197.000 (R\$0,19061 por ação ON e PN). Vide nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Em 31 de março de 2015, as apólices de seguros vigentes da Taesa e de suas controladas e controladas em conjunto eram como segue:

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco	Indenização integral (b)	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/09/14 a 19/09/15	10.000	-	-	144
Risco Operacional - RO	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/10/14 a 19/10/15	-	1.148.378	-	1.947
Seguro Veículos - Frota	ITAÚ Seguros	19/09/14 a 19/09/15	-	-	105% Tabela FIPE	214
D&O	AIG Seguros Brasil	17/09/14 a 17/09/15	15.000	-	-	33
Riscos Diversos - RD	Tokio Marine	17/10/14 a 17/10/15	398	-	-	6,4

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização.

(b) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**21.1 Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, por meio do gerenciamento de suas atividades. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pela Administração em base contínua. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários nas notas explicativas nº 4 e nº 5, respectivamente) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

21.3 Categorias de instrumentos financeiros relevantes

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
- Caixa e equivalentes de caixa	117.181	101.853	53.007	64.190
- Títulos e valores mobiliários	458.899	83.429	458.899	83.429
- Instrumentos financeiros derivativos	175.908	65.343	175.908	65.343
Empréstimos e recebíveis				
- Clientes	199.669	217.533	186.500	203.479
- Ativo financeiro	6.194.337	6.235.113	5.543.770	5.592.246
Mantidos até o vencimento				
- Títulos e valores mobiliários	35.130	5.932	35.130	5.932
	7.181.124	6.709.203	6.453.214	6.014.619
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
- Empréstimos e financiamentos	639.007	528.453	639.007	528.453
Outros passivos financeiros				
- Fornecedores	26.992	37.133	25.886	33.182
- Empréstimos e financiamentos	70.877	66.798	51.898	47.083
- Debêntures	3.383.893	3.250.143	3.383.893	3.250.143
	4.120.769	3.882.527	4.100.684	3.858.861

21.4 Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 21.6). A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 21.5).

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas poderão enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Para minimizar esse risco, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

21.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía 16,31% (R\$639.007) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o Citibank conforme nota explicativa nº 14). Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor) conforme detalhado na nota explicativa nº 21.7. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

21.6 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A exposição da Companhia e suas controladas as taxas de juros pós-fixadas de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos" desta nota explicativa.

21.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI) e taxa de juros ("swap" de taxa de juros Libor). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" de taxa de juros BID
Valor de referência (nocional) em 31/03/2015	US\$ 44.593	US\$ 156.076	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2014	US\$ 44.593	US\$ 156.076	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread": 0,62%) (1) 1,17647 ¹	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) (1) 1,17647 ¹	US\$+ Libor
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	US\$ + Libor limitado a 7% a.a.
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	15/05/2020
Ponta ativa	143.062	495.945	-
Ponta passiva	(102.552)	(360.547)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/03/2015	40.510	135.398	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2014	15.488	49.855	-
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2015	40.510	135.398	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2014	15.488	49.855	-
Valor justo em 2014	40.510	135.398	-
Valor justo em 2013	15.488	49.855	-
Ganhos (perdas) em 31/03/2015	22.538	77.049	-
Ganhos (perdas) em 31/03/2014 (2)	-	-	(14)

(1) O fator 1,17647 representa o "grossup" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado de R\$175.908, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, na linha de instrumentos financeiros derivativos.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 14, em 14 de maio de 2014, a ATE III realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID e do respectivo "swap" de taxa de juros anteriormente descrito. Para desfazer esse "swap" de taxa de juros com o BID, a ATE III incorreu em um custo adicional de R\$13.135.

21.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Taxa anual acumulada até 31/03/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	11,91%	13,50%	16,88%	20,25%
IPCA (i)	16,21%	8,67%	10,84%	13,01%
Libor (ii)	0,2708%	0,2782%	0,3477%	0,4172%
PTAX - Dólar (i)	3,2080	3,3500	4,1875	5,0250

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 24 de abril de 2015.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 28 de abril de 2015.

As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de março de 2015 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a março de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Consolidado				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	610.458	2.145	6.626	11.009
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.452.358	(5.103)	(15.763)	(26.192)
- IPCA	1.934.408	32.324	22.866	13.547
<i>Empréstimos e financiamentos com "swap", incluindo o "swap" cambial</i>				
- CDI	463.099	(1.628)	(5.027)	(8.352)
		27.738	8.702	(9.988)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a março de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Provável
Controladora				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	546.342	1.920	5.930	9.853
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.452.358	(5.103)	(15.763)	(26.192)
- IPCA	1.934.408	32.324	22.866	13.547
<i>Empréstimos e financiamentos com "swap", incluindo o "swap" cambial</i>				
- CDI	463.099	(1.628)	(5.027)	(8.352)
		27.513	8.006	11.144

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos	Saldo em 2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido –janeiro a março de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Provável
Consolidado e Controladora				
"Swap" cambial				
- Ponta ativa (risco de alta do dólar norte-americano e Libor)	639.007	17.668	182.270	346.872
- Ponta passiva (risco de alta do CDI)	463.100	(1.627)	(5.026)	(8.352)
"Swap" cambial líquido	463.100	16.041	177.244	338.520
Dívida protegida				
- Moeda estrangeira (risco de alta do dólar norte-americano e Libor)	(639.007)	(17.668)	(182.270)	(346.872)
Efeito líquido		(1.627)	(5.026)	(8.352)

21.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

21.10 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Consolidado						
Pós-fixada	3	41.255	691.947	2.376.303	1.451.658	4.561.166
Prefixada	515	1.264	8.119	41.098	27.810	78.806
	518	42.519	700.066	2.417.401	1.479.468	4.639.972
Controladora						
Pós-fixada	3	41.255	691.947	2.376.303	1.451.658	4.561.166
Prefixada	272	778	5.954	30.135	20.843	57.982
	275	42.033	697.901	2.406.438	1.472.501	4.619.148

21.11 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas informações contábeis intermediárias o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é o de administrar os riscos operacionais mencionados anteriormente para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.12 Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

	Nota	31/03/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.181	117.181	101.853	101.853
Títulos e valores mobiliários	5	494.029	494.029	89.361	89.361
Clientes	6	199.669	199.669	217.533	217.533
Ativo financeiro	6	6.194.337	6.352.593	6.235.113	6.608.966
Instrumentos financeiros derivativos	21	175.908	175.908	65.343	65.343
		7.181.124	7.339.380	6.709.203	7.083.056
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		26.992	26.992	37.133	37.133
Empréstimos e financiamentos	14	709.884	709.884	595.251	595.251
Debêntures	15	3.383.893	3.156.628	3.250.143	3.041.127
		4.120.769	3.893.504	3.882.527	3.673.511

	Nota	31/03/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.007	53.007	64.190	64.190
Títulos e valores mobiliários	5	494.029	494.029	89.361	89.361
Clientes	6	186.500	186.500	203.479	203.479
Ativo financeiro	6	5.543.770	5.740.364	5.592.246	5.976.455
Instrumentos financeiros derivativos	21	175.908	175.908	65.343	65.343
		6.453.214	6.649.808	6.014.619	6.398.828
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		25.886	25.886	33.182	33.182
Empréstimos e financiamentos	14	690.905	690.905	575.536	575.536
Debêntures	15	3.383.893	3.156.628	3.250.143	3.041.127
		4.100.684	3.873.419	3.858.861	3.649.845

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Técnica(s) de avaliação e informações usadas

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações contábeis intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações contábeis intermediárias.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2015.

Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e cambial são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de rendimento aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os valores justos dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank são mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de juros aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros, e foram obtidos com a instituição financeira em que esses instrumentos foram contratados.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no "site" www.debentures.com.br próximo ao período de relatório. Com exceção da 1ª série da 1ª Emissão e da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

22. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Resultado por ação	Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014
Resultado do exercício	201.933	111.506
Resultado do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	125.188	69.128
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	640.714	640.714
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	76.745	42.378
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	392.783	392.783
Resultado por ação ordinária - básico = (1) e (2)	0,19539	0,10789
Resultado por ação preferencial - básico = (3) e (4)	0,19539	0,10789
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,19539	0,10789
Resultado por ação preferencial - diluído (*)	0,19539	0,10789

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

(**) Conforme previsto pelo parágrafo 64 do "CPC 41 - Resultado por ação", o grupamento de ações descrito na nota explicativa 18.a, foi refletido como um ajuste retrospectivo ao denominador no cálculo do lucro por ação referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Todavia, como a quantidade total de ações permaneceu inalterada, o lucro por ação permanece o mesmo.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDAReceita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 6. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro".

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Operação e manutenção	118.821	108.985	110.032	100.965
Construção e indenização	4.444	18.956	6.574	8.745
Remuneração do ativo financeiro	264.070	170.807	235.793	160.294
Parcela variável e outras receitas (a)	(7.255)	(5.035)	(7.393)	(4.421)
Receita operacional bruta	380.080	293.713	345.006	265.583
PIS e COFINS	(21.587)	(13.671)	(18.053)	(11.769)
ISS	(56)	(11)	(56)	(11)
Encargos setoriais (b)	(15.911)	(12.494)	(14.970)	(11.687)
Deduções da receita	(37.554)	(26.176)	(33.079)	(23.467)
Receita operacional líquida	342.526	267.537	311.927	242.116

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita operacional bruta	380.080	293.713	345.006	265.583
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(114.567)	94.021	(29.994)	98.030
Receita operacional bruta tributável	265.513	387.734	315.012	363.613

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Rendimentos de aplicação financeira	10.213	14.220	8.793	13.016
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	-	(2.951)	-	-
Receitas financeiras	10.213	11.269	8.793	13.016
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	(112.783)	(2.192)	(112.664)	(10.753)
Debêntures	(133.750)	(111.568)	(133.750)	(111.568)
Ganho nos instrumentos financeiros derivativos	99.587	-	99.587	-
	(146.946)	(113.760)	(146.827)	(122.321)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(658)	229	(758)	337
Despesas financeiras	(147.604)	(113.531)	(147.585)	(121.984)
	(137.391)	(102.262)	(138.792)	(108.968)

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 31 de março de 2015, a adesão era de 83,79% do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custos com previdência privada	82	150	82	150
Despesas com previdência privada	338	212	338	212
	420	362	420	362

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOSOperação e manutenção das linhas de transmissão e subestações

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da SE de Açailândia) e ETSE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE e SGT

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais (não auditado). O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, quadro detalhado das licenças ambientais das empresas em que o Grupo possui participação, quando requerido pelos órgãos ambientais:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/03 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014	Licença renovada até 30/10/2014. Renovação solicitada tempestivamente em junho de 2014. De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação. Renovação solicitada ao IBAMA.
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Goianinha - Mussurú (Concessão GTESA)	339/2003	21/08/2003	21/08/2007	Licença renovada até 07/03/2016
Taesa (ETE)	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2013-006944/TEC-RLO 1927	07/03/2014	07/03/2016	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/99), válida até 13/06/2014. Renovação solicitada tempestivamente em janeiro de 2014.
	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	30/09/2007	Licença renovada até 29/02/2022
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	30/09/2007	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada até 26/09/2016.
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016	
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014	Licença renovada sob o nº 2010/0000003814 até 25/10/2014. Renovação solicitada tempestivamente em maio de 2014.
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021	Licença renovada até 02/12/2021.
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Ofício 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Ofício 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015	Licença renovada até 16/07/2015
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018	Licença renovada até 28/08/2018
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/2007	27/02/2015	26/02/2021	Licença renovada até 26/02/2021.
EBTE	Juína - Brasnorte	302381/2011	10/06/2011	09/06/2014	Renovação solicitada à SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Juba - Brasnorte	307698/2014	01/10/2013	30/09/2016	Licença renovada até 30/09/2016
	Parecis - Brasnorte	307467/2013	03/09/2013	02/09/2016	Licença renovada até 02/09/2016

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	308393/2014	10/01/2014	09/01/2017	09/01/2017
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013	Renovação solicitada à FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	SE - Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016	Licença renovada até 09/08/2016. Renovação solicitada à FATMA-SC.
	SE - Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014	Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ERTE	Vila do Conde - Castanhal- Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016	Licença renovada até 01/07/2016.
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015	Licença renovada até 07/11/2015.
ETEP	Vila do Conde - Tucuuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014	Renovação solicitada a SEMA-PA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ESDE	SE Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016	Licença renovada até 27/08/2016.
Transleste	SE - Montes Claros - SE - Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015	Licença renovada até 17/12/2015
Transudeste	SE -Itutinga SE Juiz de Fora	571/2011	25/07/2011	25/07/2019	Licença renovada até 25/07/2019
Transirapé	SE -Irapé SE - Araçuaí 2	077/2011	15/06/2011	30/03/2017	Licença renovada até 30/03/2017
ETSE	LTs 525 KV SE - Abdon Batista	8174/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	8166/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018
	SE - Gaspar	8016/2014	07/11/2014	06/11/2018	Licença renovada até 06/11/2018
	LT Blumenau- Biguaçu	8179/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 12.b.

Na controlada em conjunto Brasnorte, existe uma obrigação em relação a FUNAI de realizar projetos de compensação ambiental, cujo valor está sendo negociado com o órgão. A estimativa de investimento é de R\$700, sendo R\$500 em 2015 e R\$200 em 2016.

Na controlada em conjunto ETAU, as compensações ambientais descritas a seguir são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. Estima-se que o Termo de Quitação total seja emitido até o primeiro semestre de 2015.

Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS- foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A ETAU já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com o proprietário. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas até o primeiro semestre de 2015. Em 31 de março de 2015, o saldo provisionado na rubrica "Outros" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480 (R\$1.480 em 31 de dezembro de 2014).

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - SGT

Em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turnkey", equipamentos elétricos do pátio da SE, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na SE São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da SE. O contrato foi realizado atendendo ao estabelecido na política de compras da Companhia, sendo contratada a empresa que atinge os níveis técnicos e de qualidade esperados e com o menor custo.

A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013, foi assinado o primeiro e único termo aditivo para o referido contrato estabelecendo novas cláusulas de garantia. A construção da SE São Gotardo foi concluída em 19 de março de 2014.

Em 12 de maio de 2014, a Companhia encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente à emissão do Certificado de Aprovação Provisória ("CAP"), e posteriormente, em setembro de 2014, foram realizadas intervenções em campo pela Toshiba para conclusão das pendências técnicas. O CAP será emitido pela Taesa ao término do período de 24 meses após o início da operação, referente ao período de garantia técnica.

Em 24 de fevereiro de 2015 a SGT assinou um termo de quitação e encerramento referente ao contrato SG 386-01 e aditivos celebrado com a Toshiba. Diante de tal instrumento obteve-se o aceite da Toshiba em relação a aplicação da penalidade prevista no próprio contrato, sendo esta referente ao atraso na conclusão do objeto contratual que acabou por impedir a energização e entrada em operação da SGT na data acordada com a ANEEL em seu contrato de concessão. A penalidade foi aplicada em forma de retenção do pagamento a Toshiba no montante de R\$ 2.047 mil.

A Administração da São Gotardo reconheceu tal valor como redutor do seu ativo financeiro decorrente do menor custo incorrido para a construção da Linha de Transmissão SE São Gotardo II – MG na data de recebimento do referido instrumento de quitação e encerramento. O registro no ativo financeiro, em essência, visa refletir os custos incorridos durante o período de construção da Linha de Transmissão. A contra partida desse registro será um ativo que será compensado com o valor que se encontrava em aberto na rubrica de fornecedores em 31 de dezembro de 2014.

Arrendamento operacional

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 31 de março de 2015 no montante de R\$867 (R\$826 em 31 de março de 2014). Os contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no IGP-M e possuem prazos de 60 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2015, com base nas condições vigentes do contrato descrito anteriormente, quando o vencimento ocorrerá em 1º de novembro de 2017, os seguintes pagamentos de aluguel são estimados: 2015 - R\$3.726, 2016 - R\$3.940 e 2017- R\$3.791.

Em caso de rescisão contratual por parte da Companhia, esta terá de comunicar à Locadora com prazo mínimo de seis meses de antecedência e pagará o valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época, proporcional ao tempo restante da locação, a título de multa por rescisão antecipada. Na falta da formalização da comunicação de intenção da rescisão de contrato antecipada, a Companhia pagará o valor equivalente aos aluguéis e encargos da locação do período não cumprido de aviso prévio, a título de perdas e danos prefixados, além da multa no valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época.

Caso a Companhia venha a rescindir antecipadamente a locação, na data de pagamento da multa por rescisão antecipada, devolverá à Locadora, proporcional ao tempo restante da locação, em uma parcela, todos os valores referentes aos aluguéis que, durante a vigência da locação, forem isentos ou sofrerem qualquer tipo de carência no pagamento ou desconto temporário, valores estes reajustados até a data da devolução efetiva do imóvel, nas mesmas condições do aluguel mensal.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Venda de imóvel - em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um contrato de promessa de compra e venda dos imóveis de que é proprietária, localizados no Edifício da Bolsa do Rio, na Praça XV de Novembro, 20, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$13.000. Como confirmação e garantia do início da execução do contrato de compra e venda celebrado, das obrigações contratuais e da impossibilidade de arrependimento entre as partes, os promitentes compradores realizaram um pagamento de sinal à Companhia nessa mesma data no montante de R\$1.000.

Em 25 de abril de 2014 houve a assinatura de um termo aditivo ao contrato de promessa de compra e venda firmado entre as partes estabelecendo novas condições ao contrato firmado e o pagamento de parte do preço de venda dos imóveis no montante de R\$8.000, realizado nessa data. Em 18 de julho de 2014 ocorreram as assinaturas das escrituras definitivas de compra e venda, quando houve o pagamento do saldo remanescente no valor de R\$4.000 e a transferência de posse dos imóveis. O saldo residual dos imóveis vendidos na data de assinatura das escrituras (18 de julho de 2014) era de R\$4.593. O ganho na venda do imóvel foi de R\$8.407, o qual foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Entrada em operação da São Gotardo - De acordo com o Contrato de Concessão nº 024/2012, assinado entre a SGT e a ANEEL, a data prevista para a energização do empreendimento era 28 de fevereiro de 2014; porém, a conclusão das obras e início das operações foi em 19 de março de 2014. A ANEEL foi devidamente informada sobre a postergação da data de entrada em operação do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2013, a SGT registrou uma provisão no montante de R\$370 referentes às sanções previstas nos instrumentos que regulam a disponibilização de ativos ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 31 de julho de 2014 a Administração da SGT decidiu reverter tal provisão, pois houve cobrança de parcela variável, pelo ONS no valor de R\$171, descontados diretamente do Aviso de Crédito - AVC da Companhia.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

28. EVENTOS SUBSEQUENTESLiquidação de empréstimo com o Citibank – Contrato A na Taesa

Conforme previsto no contrato de financiamento, em 10 de abril de 2015 a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.198 (US\$44.705), conforme taxa de câmbio do dia 09 de abril de 2015. Em contrapartida, a Taesa anulou a perda da variação cambial do contrato original da dívida, obtendo assim, um ganho bruto através do contrato de Swap no montante de R\$33.308. O “swap” refere-se a taxa de juros Libor e variação cambial atrelados a esse contrato, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

Possível alteração no bloco de controle da Companhia

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu, em 17 de abril de 2015, correspondência do FIP Coliseu, fundo que integra o bloco de controle da Companhia, informando que chegou a um acordo preliminar com Empresas Públicas de Medellín acerca das condições para alienar 35,71% das ações ordinárias, representativas de 22,14% do total de ações, de emissão da TAESA. A assinatura e o fechamento do contrato de compra e venda, no entanto, ainda não ocorreram e estão sujeitos ao cumprimento de uma série de condições, não havendo qualquer garantia ou certeza de que o negócio será concluído.

Ratificação da destinação do resultado da Taesa de 2014

Em 22 de abril de 2015, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2014, conforme descrito a seguir:

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2014
Lucro do exercício	904.845
Reserva legal (5%)	(45.242)
Reserva de incentivo fiscal	(7.846)
Lucro do exercício ajustado	851.757
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,41208 por ação ordinária e preferencial)	425.879
Dividendos intercalares pagos (R\$0,38703 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,1906 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(197.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	19.877
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(577.123)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,24650 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(254.757)
Resumo das destinações:	
Reservas	(53.088)
Dividendos (R\$0,82415 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(851.757)
	(904.845)

Os dividendos adicionais propostos no valor de R\$254.757 foram pagos em 30 de abril de 2015.

* * * *

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2015**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
DIRETORES	CARGOS
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULARES	SUPLENTES
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luis Fernando Rolla
Eduardo Lucas Silva Serrano	João Paulo Dionisio Campos
Oscar Santos de Faria	Roberto Schafer de Castro
Paulo de Moura Ramos	Luiz Antonio Vicentini Jorente
Fabiano Maia Pereira	Flávio de Almeida Araújo
Ricardo Faria Paes	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Carlos Roberto Cafareli	Antônio Pedro da Silva Machado
Marco Adiles Moreira Garcia	Ponciano Padilha
Jose Roque Fagundes	Jorge Kalache Filho
Jorge Raimundo Nahas (Independente)	Stênio Petrovich Pereira (Independente)
Carlos Augusto Derraik (Independente)	Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro (Independente)

CONSELHO FISCAL	
TITULARES	SUPLENTES
Mário Vinícius Claussen Spinelli (Indicado pela CEMIG)	Aluísio Eustáquio de Freitas Marques (Indicado pela CEMIG)
Otávio Ladeira de Medeiros (Indicado pelo FIP Coliseu)	Rodrigo Perpétuo (Indicado pelo FIP Coliseu)
Clayton Ferraz de Paiva (Indicado pelo FIP Coliseu)	Rafael Carneiro Neiva de Souza (Indicado pelo FIP Coliseu)
Maria Luiza Garcia Pereira (Indicado pela CEMIG)	Luiz Alberto Soares Perdomo (Indicado pela CEMIG)
Alexandre Pedercini Issa (Indicado pelos acionistas Minoritários)	Ronald Gastão Andrade Reis (Indicado pelos acionistas Minoritários)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

José Carlos Monteiro

Contador

CRC 1SP 100.597/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 1º trimestre de 2015, findo em 30 de março de 2015. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2015

Mário Vinícius Claussen Spinelli

Clayton Ferraz De Paiva

Maria Luiza Garcia Pereira

Alexandre Pedercini Issa

Rodrigo Perpétuo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2015, findo em 31 de março de 2015, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2015.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2015, findo em 31 de março de 2015, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2015.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico